

O PODER JUDICIÁRIO FRENTE AOS CONFLITOS AGRÁRIOS NA
REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Silvana Terezinha Winckler Casagrande

DISSERTAÇÃO APRESENTADA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA COMO
REQUISITO À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIAS
HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer

Florianópolis

1995

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Ciências Jurídicas

Curso de Pós-Graduação em Direito

A dissertação O PODER JUDICIÁRIO FRENTE AOS CONFLITOS
AGRÁRIOS NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

elaborada por SILVANA TEREZINHA WINCKLER CASAGRANDE

e aprovada pela Banca Examinadora, foi julgada adequada para a obtenção do
título de MESTRE EM DIREITO.

Florianópolis, 28 novembro de 1995.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer - Presidente

Prof. Dr. Nilson Borges Filho.- Membro

Profª. Dra. Olga Maria de Oliveira - Membro

Professor Orientador:

Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer

Coordenador do Curso:

Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Ciências Jurídicas

Curso de Pós-Graduação em Direito

A dissertação O PODER JUDICIÁRIO FRENTE AOS CONFLITOS
AGRÁRIOS NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

elaborada por SILVANA TEREZINHA WINCKLER CASAGRANDE

e aprovada pela Banca Examinadora, foi julgada adequada para a obtenção do
título de MESTRE EM DIREITO.

Florianópolis, 28 novembro de 1995.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer - Presidente

Prof. Dr. Nilson Borges Filho - Membro

Prof. Dra. Olga Maria de Oliveira - Membro

Professor Orientador:

Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer

Coordenador do Curso:

Prof. Dr. José Alcebiades de Oliveira Junior

Agradecimentos

**ao Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer, orientador;
à CAPES e à Universidade do Oeste de Santa Catarina.**

RESUMO

A presente dissertação adota como problemática a atuação do Poder Judiciário frente aos conflitos agrários, abordando-a desde a análise da resposta jurisdicional aos litígios desta natureza ocorridos na região Oeste de Santa Catarina. Parte do pressuposto de que o Poder Judiciário não vem respondendo satisfatoriamente às demandas oriundas da luta pela terra, para concluir que a ineficácia frente aos conflitos agrários se deve, por um lado, à insuficiência da doutrina dominante nos meios jurisdicionais catarinenses no trato da posse e da propriedade agrária, e, por outro, aos limites impostos à atuação do Poder Judiciário pelo paradigma teórico positivista dominante no Direito brasileiro. Tais limites se tornam mais evidentes na resposta jurisdicional aos conflitos coletivos de direito, devido aos aspectos sociais e políticos implicados. Enfatiza-se, assim, os sinais de crise deste paradigma face à necessidade de resposta à litigiosidade vertiginosa presente nas sociedades de massas e de adequação às emergentes modalidades de conflitos sociais, marcadas pela presença dos sujeitos coletivos de direito. Evidenciados os limites da teoria jurídica moderna frente às tarefas de interpretação e decisão das demandas jurídicas coletivas, apontam-se os fundamentos de um novo marco teórico para o Direito, constituído pelo pluralismo jurídico de base comunitário-participativa, aberto e descentralizado, que se propõe a reconhecer e legitimar a normatividade engendrada no seio da sociedade, como produto das carências, reivindicações e conflitos sociais.

RESUMEN

La presente disertación adopta como problemática la actuación del Poder Judicial brasileiro frente a los conflictos agrarios, sobre todo el análisis de la respuesta jurisdiccional a los litigios de esta naturaleza. Parte del supuesto de que el Poder Judicial no viene respondiendo satisfactoriamente a las demandas originadas en la lucha por la tierra, para concluir que la ineficacia frente a los conflictos agrarios se debe, por un lado, a la insuficiencia de la doctrina dominante en los medios jurisdiccionales catarinenses en el trato de la pose y de la propiedad agrarias, y, por otro, a los límites impuestos a la actuación del Poder Judicial por el paradigma teórico positivista dominante en el Derecho brasileiro. Estos límites se hacen más visibles en los procesamientos de conflictos colectivos de derecho, debido a los aspectos sociales y políticos que en ellos están implicados. Se ponen en evidencia, así, las señales de la crisis de este paradigma frente a la necesidad de una resolución de los litigios crecientes en las sociedades de masas, y de una adecuación a las modalidades emergentes de conflictos sociales, marcados por la presencia de los sujetos colectivos de derecho. Una vez fijados los límites de la teoría jurídica moderna frente a las tareas de interpretación y decisión de las demandas jurídicas colectivas, aportase los fundamentos de un nuevo marco teórico para el Derecho, constituido por el pluralismo jurídico de base comunitario-participativa, abierto y descentralizado, que reconoce y legitima la normatividad engendrada en el seno de la sociedad, como producto de las carencias, reivindicaciones y conflictos sociales.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO _____	08
1 - FUNDAMENTOS E LIMITES DA TEORIA JURÍDICA MODERNA ____	13
1.1- A crise do paradigma teórico positivista da ciência jurídica _____	16
1.2- O monismo jurídico como aspecto central dos sistemas de Direito Positivo _____	26
1.3- O pluralismo jurídico como novo marco teórico _____	33
2- MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS COLETIVOS DE DIREITO: A EMERGÊNCIA DOS SUJEITOS COLETIVOS DE DIREITO _____	39
2.1- Os movimentos sociais como sujeitos coletivos de direito _____	40
2.2- Movimentos sociais camponeses e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra _____	51
2.3- O Poder Judiciário face aos conflitos coletivos de direito _____	58

3- DISCIPLINA JURÍDICA DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL	64
3.1- Colonização sistemática: uma estratégia para a América do século XIX	67
3.2- A disciplina jurídica da terra no Brasil-colônia	70
3.3- A propriedade da terra na perspectiva do Direito Civil	75
3.4- A propriedade da terra no Direito Agrário	80
4- OS JUÍZES CATARINENSES FACE AOS CONFLITOS AGRÁRIOS DA REGIÃO OESTE	89
4.1- Estrutura fundiária da região: aspectos econômicos e sociais relevantes	89
4.2- Conflitos agrários: o caso do “Acampamento Rancho Estalagem”	91
4.3- Limites do Poder Judiciário brasileiro para resolver os conflitos agrários: a insuficiência da doutrina jurídica dominante sobre a posse e a propriedade da terra	99
CONCLUSÃO	104
BIBLIOGRAFIA	108

INTRODUÇÃO

Elegemos como tema de nossa dissertação de mestrado a problemática da função jurisdicional face aos conflitos coletivos de direito, abordando-a desde a análise da atuação do Poder Judiciário frente aos conflitos agrários ocorridos na região Oeste de Santa Catarina.

O presente trabalho tem como objetivos identificar a doutrina jurídica dominante no meio jurisdicional catarinense sobre a posse e a propriedade da terra, analisar a adequação dessa doutrina para a solução das lides resultantes de conflitos agrários e discutir o papel do Poder Judiciário face a tais conflitos coletivos de direito.

O enfoque segundo o qual estudamos a problemática da resposta jurisdicional aos conflitos agrários corresponde às áreas de conhecimento da Filosofia e da Teoria Geral do Direito. Nosso projeto de investigação enquadra-se nas linhas de pesquisa “Relações entre Direito e política” e “Democracia, direitos humanos e interpretação da lei a partir de uma ótica interdisciplinar”, contempladas no programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Escolhemos a região Oeste de Santa Catarina porque ela se tornou, a partir de 1980, palco da maior incidência de conflitos de terra do sul do país. Dado que a economia da região é baseada, predominantemente, na atividade agroindustrial e que praticamente metade da população vive na zona rural, a discussão da questão agrária passa a ser de extrema relevância. Os conflitos agrários, enquanto objeto de análise, são reveladores de uma profunda crise social e econômica no campo, da qual os reflexos tornam-se visíveis também nos centros urbanos - por exemplo, o desemprego e a favelização.

O estudo do tema levou-nos a investigar os fundamentos e limites do paradigma teórico vigente na ciência jurídica moderna, com o fim de analisar o seu alcance para a interpretação e resolução dos conflitos coletivos de direito.

A cultura jurídica moderna estabeleceu vínculos estreitos, primeiro, com o Estado absolutista fundado no jusracionalismo e, em seguida, com o chamado Estado de Direito, cuja base de sustentação é dada pelo positivismo jurídico. Estes vínculos são desenhados especialmente pela predominância no Direito moderno da doutrina do monismo jurídico.

A doutrina do monismo jurídico atribui exclusivamente ao Estado a competência de criar Direito. Por esta razão, passou a constituir-se no maior empecilho para que o Direito respondesse às demandas da nova ordem social que se configurou a partir da implementação e da crise do Estado do bem-estar social. Os limites dessa doutrina ensejam uma discussão a respeito da crise do paradigma positivista, de caráter monista, vigente na ciência jurídica moderna.

No primeiro capítulo questionamos a legitimidade ético-política da teoria jurídica contemporânea, a partir da crítica ensejada pela perspectiva do pluralismo jurídico.

No segundo capítulo contemplamos a caracterização dos sujeitos coletivos de direito, representados especialmente pelos movimentos sociais organizados. Estes são sujeitos que vêm ocupando um novo espaço público, na medida em que atribuem a si mesmos novos direitos e consolidam práticas instituintes de juridicidade. Destacamos as formas de organização e de ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em razão da sua presença constante na organização da luta pela terra na região Oeste de Santa Catarina.

As reivindicações sociais por terra para o trabalho, que têm origem nas carências da população rural, tomam corpo a partir da consciência do direito negado. Elas se transformam com frequência em demandas judiciais e em conflitos sociais, que reclamam respostas jurisdicionais. A exigência de soluções para essas demandas e conflitos traz à tona o problema dos limites impostos à atuação do juiz pela doutrina do positivismo jurídico.

No terceiro capítulo, já delineados os sinais de crise e esgotamento do paradigma teórico dominante na ciência jurídica moderna e apresentado, genericamente, o cenário de práticas sociais inéditas protagonizadas por sujeitos coletivos de direito, passamos a analisar a legislação brasileira sobre a posse e propriedade da terra, com o objetivo de definir o atual *status* do instituto da propriedade fundiária, delimitar o alcance dos princípios que regem o direito de propriedade e averiguar a adequação da interpretação e aplicação que é feita desse direito para a solução dos conflitos agrários no meio jurisdicional do Oeste catarinense.

No quarto capítulo apresentamos uma sucinta descrição da estrutura fundiária da região Oeste de Santa Catarina e privilegiamos a análise de um processo resultante de conflito agrário no município de Abelardo Luz, no qual buscamos identificar a doutrina dominante naquele meio jurisdicional sobre o direito de propriedade e avaliar a resposta do Poder Judiciário ao litígio.

Através da análise do referido processo, conhecido como “caso do Acampamento Rancho Estalagem”, confirmamos a premissa, fundamentada na experiência que vivenciamos na assessoria jurídica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante os anos de 1989 e 1990, de que o Poder Judiciário não vem dando respostas satisfatórias aos litígios agrários que tramitam nas comarcas do Oeste de Santa Catarina.

Entre os magistrados que atuaram naquele processo predominaram as concepções de posse e de propriedade da terra específicas do Direito Civil, que têm por fundamento o dogma da propriedade privada, nos moldes apregoados pela doutrina do liberal-individualismo. A legislação civil brasileira não contempla o princípio da função social da propriedade e desconsidera a possibilidade de ocorrência de conflitos sociais envolvendo a questão fundiária. Tal legislação, instrumentalizada pelo Código de Processo Civil, oferece como única resposta para os litígios agrários a defesa do interesse do proprietário.

Diante da obrigatoriedade de prestar a jurisdição e atendo-se aos limites impostos pelo positivismo jurídico, os juízes não encontraram resposta satisfatória para o conflito e tampouco o procedimento adequado para a lide. O resultado disto foi a ineficácia da jurisdição para a resolução daquele conflito agrário, como veremos.

Concluimos que a exigência de soluções politicamente orientadas para os conflitos coletivos de direito traz à tona o problema dos limites do paradigma positivista do Direito moderno, que tem por fundamento a doutrina do monismo jurídico e não reconhece validade às manifestações de juridicidade que não advêm do Estado. Ao estabelecer a supremacia da lei estatal sobre todas as formas pluralistas de expressão do jurídico, o positivismo jurídico tornou-se insuficiente para responder às demandas coletivas e deixou o Poder Judiciário exposto ao risco de cair no descrédito, por sua inércia e impotência face aos

conflitos coletivos de direito. Identificamos no pluralismo comunitário-participativo um marco teórico capaz de fornecer os fundamentos para a superação do positivismo jurídico.

Na bibliografia escolhida para a realização desta pesquisa predominaram as obras de juristas críticos. Utilizamos, também, trabalhos de cientistas sociais de outras áreas como a sociologia, a economia e a antropologia.

Para a análise do Direito positivo brasileiro recorreremos às obras de juristas reconhecidos nos meios acadêmicos e profissionais da atualidade, quais sejam Maria Helena Diniz no âmbito do Direito Civil; Ada Pellegrini Grinover na área do Direito Processual Civil e José Afonso da Silva no Direito Constitucional. Estes autores vêm acompanhando atentamente as transformações ocorridas no Direito brasileiro.

Salientamos, por fim, que a aprovação do presente trabalho acadêmico não significa o endosso do Professor Orientador, da Banca Examinadora e do CPGD/UFSC à ideologia que o fundamenta ou que nele é exposta.

1 - FUNDAMENTOS E LIMITES DA TEORIA JURÍDICA MODERNA

O objetivo deste capítulo é discutir os limites da matriz epistemológica da ciência jurídica moderna para servir de fundamento às problemáticas sociais e reivindicações jurídicas por terra.

A sociedade brasileira moderna tem por base o liberalismo como ideologia social, o capitalismo como teoria econômica e o positivismo dogmático como doutrina jurídica¹. A investigação que ora iniciamos não desconsiderará os dois primeiros aspectos, mas deverá privilegiar este último, pois pretendemos analisar os limites da doutrina jurídica dominante sobre a posse e a propriedade da terra na prática judiciária catarinense para resolver conflitos agrários.

A matriz teórica dominante no Direito, praticamente a mesma em todo o mundo ocidental, tem por base o dualismo metodológico de Kant, que impõe ao conhecimento jurídico a oposição entre ser (matéria) e dever ser (forma). Este dualismo originou uma intensa disputa metodológica no decorrer do século XIX, persistente ainda hoje na problemática da teoria do conhecimento, principalmente

¹ Cf. FALCÃO, Joaquim de Arruda. *Justiça social e justiça legal: conflitos de propriedade no Recife*. In *Conflitos de direito de propriedade: invasões urbanas*. Joaquim de Arruda Falcão, org. Rio de Janeiro: Forense, 1984. p. 79.

nas discussões sobre a autonomia das ciências humanas. Com Kant inaugurou-se a abordagem prevalecente na teoria jurídica moderna que faz a dissociação entre o mundo do ser e o mundo do dever ser, afastando desta maneira a ciência jurídica dos aspectos sociais, políticos, econômicos e ideológicos.

A teoria do conhecimento de Kant respondeu aos interesses da sociedade capitalista em formação, a partir do século XVIII, na Europa ocidental e nos Estados Unidos, possibilitando a alteração da visão de mundo então vigente, ao deslocar o centro gravitacional transcendente do conhecimento, que encontrava dividido entre a divindade, a natureza e a razão, para o próprio homem, único sujeito capaz de apreender o conhecimento em sua essência. Com isso, materializou-se um novo tipo de imaginário social onde se modificaram profundamente as relações econômicas e o poder se dissociou do corpo do soberano para difundir-se por todo o social.²

No final do século XIX o positivismo e o empirismo ocuparam o espaço do poder no pensamento científico, exaltando o culto ao método, uma vez que interessava à sociedade capitalista um conhecimento dotado de maior eficácia e especialização. Essa sociedade encontrou importante contribuição em Max Weber, que identificou racionalidade com industrialização, burocracia com eficácia e utilizou a lei como a moderna forma de legitimidade, fornecendo os fundamentos para que a ciência fosse tomada pelo poder e inaugurando a sociedade dos especialistas.

Na segunda década de nosso século, a partir das críticas de Weber e dos positivistas, a teoria do conhecimento voltada para a análise filosófica foi abandonada e substituída pela teoria da ciência, tocando a esta o papel de sistematizar o social. Para ser reconhecido como científico o conhecimento

² Cf. ROCHA, Leonel Severo. *A problemática jurídica: uma introdução transdisciplinar*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1985. p. 24.

necessitava possuir, além de método rigoroso, um sofisticado controle de segundo grau, constituído pela metalinguagem da epistemologia.

A epistemologia foi bastante desenvolvida pelo movimento conhecido como neopositivismo lógico, no Círculo de Viena. O neopositivismo partiu do pressuposto de que o pensamento científico já havia obtido um alto grau de coerência e objetividade, mas não conseguia construir um discurso apto a expressá-lo. A preocupação com a ciência, nesta perspectiva, deslocou-se dos conteúdos materiais para os formais, para a construção de um discurso rigoroso. Para que esse discurso obtivesse a harmonia de suas cadeias de significados, era necessário expulsar o nível pragmático de suas teorizações, superestimando os níveis sintático e semântico, erigidos em condição de significação da ciência.³

No âmbito do conhecimento jurídico, a obra de maior expressão do neopositivismo lógico foi a “Teoria Pura do Direito” de Hans Kelsen, que influenciou profundamente o pensamento jurídico do século XX. Com Kelsen consolidaram-se os fundamentos da ciência positiva do direito.

Os pressupostos epistemológicos do paradigma hegemônico na ciência jurídica das sociedades capitalistas ocidentais procuraram fornecer um tipo de racionalidade intrínseca a suas teorizações, de maneira a manter essas teorias dissociadas da dinâmica dos conflitos sociais. Disto resultou a idéia de que o Direito evolui conjuntamente com a sociedade, através de uma concepção histórica linear.⁴

Devido principalmente à dissociação entre mundo dos fatos e mundo do Direito e ao estreito “monismo jurídico”, os fundamentos da ciência moderna do

³ Cf. ROCHA, Leonel Severo. Op. cit., p. 25.

⁴ Cf. ROCHA, Leonel Severo. Op. cit., p. 17.

Direito delineados sob a égide dos sistemas de Direito Positivo já não são capazes de dar sustentação quer ao conhecimento, quer à prática jurídica.

A noção de crise do paradigma positivista vigente na ciência jurídica moderna sugere o esgotamento das potencialidades da ideologia do monismo jurídico para servir de fundamento à solução da conflituosidade social típica deste final de milênio. Este será o tema abordado no próximo item.

1.1 - A crise do paradigma teórico positivista da ciência jurídica

A abordagem do tema enunciado neste item demanda o esclarecimento prévio de alguns conceitos a ele afetos, quais sejam os conceitos de **paradigma, crise e positivismo jurídico**.

Um paradigma, segundo José Eduardo Faria, *“implica uma teoria básica, uma tradição científica e algumas aplicações exemplares, que são aceitas pelos cientistas ao ponto de suspenderem o esforço crítico de discussão de seus pressupostos e de suas possíveis alternativas substitutivas”*.⁵

Os paradigmas expressam uma visão de mundo articulada sob a forma de explicações científicas, determinando que problemas são investigados, que dados são considerados pertinentes, que técnicas de investigação devem ser utilizadas e que tipos de soluções são admitidos. Desta maneira, os paradigmas impedem as discussões intermináveis em torno de problemas improdutivos e insolúveis,

⁵ Cf. FARIA, José Eduardo. *A noção de paradigma na ciência do direito: notas para uma crítica ao idealismo jurídico*. In *A crise do direito numa sociedade em mudança*. José Eduardo Faria (org.), Brasília: UnB, 1988. p. 21.

estabelecendo “o sentido do limite e o limite do sentido” das atividades científicas. Uma vez aceito o paradigma pela unanimidade dos cientistas, o trabalho intelectual se torna limitado à resolução dos problemas e à eliminação das incogruências em conformidade com os esquemas conceituais teóricos e metodológicos por ele informados.⁶

Na medida em que o paradigma passa a ser uma crença compartilhada por uma comunidade científica, a autoridade de uma proposição científica vai depender de sua capacidade de gerar consenso no âmbito dessa comunidade. Este consenso não depende de que dita proposição favoreça a uma leitura íntima do real, mas que tenha sido elaborada segundo os critérios de demarcação prevaletentes no âmbito dessa comunidade.

Um paradigma entra em crise quando já não é capaz de fornecer orientações, diretrizes e normas para nortear o trabalho científico. Os problemas não solucionados vão se acumulando, sendo que este efeito cumulativo provoca um período de crise: *“não tendo mais condições de fornecer soluções, os paradigmas vigentes começam a revelar-se como fonte última dos problemas e das incogruências, e o universo científico que lhes corresponde gradativamente converte-se num amplo sistema de erros, onde nada pode ser pensado corretamente”*.⁷

A noção de crise é trabalhada por Gilberto Kujowski. Segundo o mesmo, esta palavra é usada para designar muitas coisas relacionadas à noção de “instabilidade”. Assim, fala-se em “crise” a propósito de qualquer perturbação da ordem normal da vida, como crise de crescimento, crise política, crise conjugal, crise hepática, crise de consciência, crise moral, crise de abastecimento, crise religiosa etc. O autor adverte que nenhuma dessas crises, tomada isoladamente,

⁶ Cf. FARIA, José Eduardo. *A noção de paradigma...* Op. cit., p 21.

⁷ FARIA, José Eduardo. *A noção de paradigma...* Op. cit., p 22.

pode ser considerada como causa única da situação geral de “crise” social e histórica do século XX, em sua radicalidade e universalidade.⁸

Para dar conceituar “crise” Kujowski adota a seguinte formulação de Hélio Jaguaribe:

*“Uma análise do conceito de crise, no seu sentido mais amplo, tem indubitavelmente características de uma inquirição filosófica. Seria então levado a dizer que, no seu sentido mais amplo, a palavra crise - que etimologicamente significa ‘ruptura’, ‘conflito’, ‘luta’, em suas raízes gregas - exprime uma desconformidade estrutural entre um processo e seu princípio regulador. Este é o sentido mais amplo que me parece existir do conceito de crise”.*⁹

O conceito de crise está intimamente associado à noção de processo. Segundo Kujowski, a crise se declara no seio de um processo, que pode ser biológico, social, cultural, político, econômico, moral etc., pondo-o em xeque e postulando sua renovação parcial ou total. Se o processo está íntegro e em crescimento, a resposta à crise é positiva, pois será assimilada no recondicionamento setorial ou global do processo, que sairá dela fortalecido. Quando o processo está em declínio, a crise não é assimilada e contribui para a sua decadência. A noção de decadência não é absoluta, pois o processo em declínio pode estar integrado em outro processo mais amplo que esteja íntegro e em crescimento. Ou seja, para avaliar devidamente a importância e a gravidade da crise é necessário não perder de vista o processo e a fase em que ele se encontra.¹⁰

⁸ Cf. KUJOWSKI, Gilberto de M. *A crise do século XX*. São Paulo: Ática, 1988. p. 62.

⁹ JAGUARIBE, Hélio. *Dimensões da crise atual*. In *Que crise é esta?* São Paulo: Brasiliense/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico, 1984.

¹⁰ Cf. KUJOWSKI, Gilberto de M. *Op. cit.*, p. 65.

Por outro lado, é necessário considerar na interpretação de uma crise o regime de equilíbrio congênito do processo em questão, uma vez que o equilíbrio de um processo ou sistema pode ser estável ou instável. Quando o equilíbrio do processo é normalmente estável, a crise será uma anomalia. Já em processos de equilíbrio instável, as crises são normais e não devem ser interpretadas como sinais de alarme.

A história do Ocidente, segundo Kujowski, consiste num processo de equilíbrio misto, mostrando-se em sua totalidade instável mas comportando grandes fases de equilíbrio estável. Nos dias atuais vivemos um período de radical instabilidade, que no entanto não pode ser identificada com desequilíbrio, mas como um episódio conturbado de um processo de equilíbrio instável.¹¹

O paradigma teórico vigente na ciência jurídica moderna é dado pela dogmática jurídica, que se caracteriza por identificar o Direito com a lei e por preconizar e fundamentar a centralização da produção normativa nos órgãos do Estado. Ante o colapso do individualismo jurídico, o esvaziamento da concepção burguesa de Direito edificada em torno da noção de direito subjetivo e a superação da força analítica de certos esquemas teóricos, a dogmática jurídica não tem conseguido produzir um saber normativo metodologicamente homogêneo.¹²

Segundo José Eduardo Faria, assistimos hoje a um amplo e intrincado processo de revisão dos pressupostos metodológicos da teoria jurídica, do qual o ponto de partida é a explosão de um dos pilares básicos da dogmática jurídica, que consiste na crença num pluralismo social redutível a uma unidade formal capaz de equilibrar antagonismos e harmonizar interesses, mediante um processo

¹¹ Cf. KUJOWSKI, Gilberto de M. Op. cit., p. 66.

¹² Cf. FARIA, José Eduardo. *A noção de paradigma...* Op. cit., p. 13.

de construção de categorias conceituais, princípios gerais e ficções retóricas que depuraria as instituições de direito de quaisquer antinomias ou lacunas.¹³

Os novos paradigmas que se apresentam como alternativos ao positivismo jurídico tendem a partilhar a crença de que o Direito é um epifenômeno social, e por isso o vinculam à crescente complexidade dos conflitos, à heterogeneidade sócio-econômica, à concentração e centralização do capital, à expansão do intervencionismo estatal, à hipertrofia do Executivo. A sociedade passa a ser vista como um sistema necessariamente conflituoso, tenso e em permanente transformação, e toda análise, para ser considerada válida, deverá ser capaz de identificar os fatores de mudança responsáveis pela contínua inadequação dos modelos culturais tradicionais, tais como o Direito¹⁴.

Para compreendermos o significado e a extensão da crise do paradigma positivista da ciência jurídica moderna é necessário que tenhamos presentes as circunstâncias históricas de seu surgimento e de seu declínio, temas que abordaremos a seguir.

O surgimento do Estado de Direito, que suplantou o absolutismo como forma de relação Estado/sociedade, trouxe consigo a superação do racionalismo jusnaturalista e a consagração dos sistemas de Direito Positivo. O positivismo jurídico passou a representar a nova racionalidade no Direito, adequada à sociedade capitalista e burocratizada.

A codificação do direito francês, que consolidou as aspirações da burguesia vitoriosa na Revolução de 1789 nos *“princípios fundamentais de liberdade de iniciativa e de contrato, de segurança e de certeza em todos os atos da vida civil”*, não fez senão *“levar a cabo um longo processo histórico de*

¹³ Cf. FARIA, José Eduardo. *A noção de paradigma...* Op. cit., p. 14.

¹⁴ Cf. FARIA, José Eduardo. *A noção de paradigma...* Op. cit., p. 24.

'racionalização' jurídica que atingia a sua maturidade e que marcava uma 'linha de inclinação' constante na estrutura mesma do Ancien Régime".¹⁵

A inspiração fundamental do homem da Revolução Francesa consistia na defesa intransigente do indivíduo e de suas iniciativas, na liberdade e na segurança das relações jurídicas e ainda na proteção da propriedade privada, como o individualismo econômico a concebia.

Os códigos franceses - o Código Civil ou Código de Napoleão, de 1804; o Código de Processo Civil, de 1807; o Código de Comércio, de 1808, o Código de Instrução Criminal, de 1808, e o Código Penal, de 1810 - inspiraram a doutrina do positivismo legalista que iria influenciar profundamente o pensamento jurídico dos séculos XIX e XX.

O Código Civil francês serviu de base para toda a civilística européia, com exceção do mundo anglo-americano. Representou um corpo harmônico e lógico de preceitos, expressão da razão, capaz de atender a todas as hipóteses ocorrentes na vida. Com o recurso aos princípios *"ninguém se escusa alegando ignorar a lei"* e *"o juiz não se exime de sentenciar a pretexto de lacuna ou obscuridade legal"*, não se admitia que o Direito positivo tivesse falhas. Em qualquer caso, bastaria um trabalho de interpretação, conduzido segundo regras determinadas e tornado extensivo graças à analogia e aos princípios gerais do direito, para se obter a resposta conveniente a todas as lides e demandas.¹⁶

Neste cenário surgiu na França a Escola da Exegese, que reuniu os maiores civilistas da Europa e influenciou o pensamento jurídico em todos os países que seguiram a esteira do Direito Napoleônico.

¹⁵ REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 412.

¹⁶ Cf. WIEACKER, Franz. *História do direito privado moderno*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

A tese fundamental da Escola da Exegese é a de que o Direito por excelência é o revelado pelas leis, que são normas gerais escritas emanadas do Estado, constitutivas de direitos e instauradoras de faculdades e obrigações, sendo o Direito um sistema de conceitos articulados e coerentes, que não apresenta lacunas. Ao interpretar, o jurista deve partir do Direito positivo, sem procurar fora da lei as respostas que nesta seja possível encontrar. Tal concepção prevaleceu nas sociedades modernas de direito codificado enquanto perdurou um equilíbrio relativo entre os códigos e a vida social e econômica.¹⁷

O positivismo legalista, por encontrar-se vinculado ao surgimento das codificações, apareceu em momentos históricos distintos nas diferentes formações nacionais, sempre acolmatando os processos de unificação legislativa dos Estados.

Desenvolveu-se na Inglaterra um movimento semelhante à Escola da Exegese, logo nas primeiras décadas do século XIX: a Escola Analítica de Jurisprudência, fundada por John Austin. Segundo Miguel Reale, não obstante a natureza especial do direito anglo-saxônico, determinado pelo valor normativo do precedente jurisprudencial, este movimento também afirmou a atitude metodológica de compreender o Direito segundo esquemas lógico-formais como sistema de vínculos normativos, aceito o princípio de que o costume não possui qualificação jurídica enquanto não for consagrado pelo órgão judiciário do Estado e que o Direito jurisprudencial só possui essa qualificação por ser emanção da vontade do Estado.¹⁸

Na Alemanha o positivismo jurídico constituiu o fundamento da obra dos chamados “pandectistas”. Para estes, o Direito se oferecia como um corpo de

¹⁷ Cf. REALE, Miguel. Op. cit., p. 417.

¹⁸ Cf. REALE, Miguel. Op. cit., p. 418 e segs.

regras cujo modelo era dado pelo sistema do Direito Romano, integrado na comunidade germânica por via dos usos e costumes e modificado pelo Direito Canônico, por leis imperiais alemãs e pelo direito consuetudinário local, que constituíam o “Direito Comum alemão de origem romana”, em vigor até a edição do Código Civil de 1900. Os pandectistas sofreram a influência da Escola Histórica e adaptaram o historicismo às exigências de uma tarefa estritamente sistemático-dogmática.

A ciência jurídica da pandectística estava baseada na perspectiva do “juspositivismo científico”, que deduzia as normas jurídicas e a sua aplicação exclusivamente do sistema, dos conceitos e dos princípios da ciência jurídica, sem conceder a valores ou a objetivos extra-jurídicos (por exemplo, religiosos, sociais ou científicos) a possibilidade de confirmar ou infirmar as soluções jurídicas. O positivismo científico do século XIX distinguiu-se do positivismo legalista porque este partia do pressuposto de que todo Direito era criado pelo legislador estatal e consistia nos seus comandos, sob forma de leis.¹⁹

Franz Wieacker observa, referindo-se ao positivismo legalista, que a imagem da sociedade e do Direito refletida nos códigos do século XIX era a de uma sociedade unitária e igualitária, subordinada aos princípios da liberdade de propriedade e da liberdade contratual. Isto, segundo o autor, constituía a ordem jurídica particular dos pioneiros da nova sociedade do lucro surgida com a revolução industrial. Em contrapartida, o Direito dos outros grupos sociais deveria ser excluído das codificações. Foi o que sucedeu, por um lado, com os direitos em dissolução dos antigos estados privilegiados, como o direito privado do príncipe e o regime de propriedade de raiz da nobreza, e por outro com o direito profissional das antigas ordens (camponeses, artesãos, marinheiros) e o direito da moderna classe dos assalariados.

¹⁹ Cf. WIEACKER, Franz. Op. cit., p.493.

O positivismo da ciência jurídica do século XIX exprimiu do ponto de vista científico e justificou do ponto de vista ideológico a imagem da sociedade do seu tempo. A teoria do Direito Civil tornou-se modelo para as demais disciplinas da ciência jurídica. A supremacia da civilística resistiu na Europa até os anos 20 de nosso século, a partir do que a dissolução da sociedade foi anunciada com a desintegração da unidade sistemática do Direito Civil, através da autonomização em domínios particulares daqueles campos socialmente mais significativos, como o Direito do Trabalho.

A primeira guerra mundial fez emergir o novo direito social e econômico, que veio quebrar o predomínio do direito privado e dissolver a sua unidade interna. O lugar central no novo direito coube às associações econômicas e profissionais dos empresários e dos trabalhadores, devido à sua influência sobre o mercado.

O ideário burguês que fundamentou as ordens normativas das sociedades modernas nelas reproduziu a imagem da organização social do início do século passado, ou scja, a imagem de uma sociedade monista, na qual os espaços públicos somente admitem a ordem existente e onde as reivindicações dos excluídos do sistema (parcela da população que não tem acesso aos direitos da cidadania) são relegadas à marginalidade.

O afloramento dos conflitos sociais, por sua natureza coletiva, põe à mostra a insuficiência da doutrina positivista do Direito e seus reflexos na própria organização judiciária, na medida em que ambas não conseguem dar respostas eficazes às demandas sociais, especialmente àquelas de caráter coletivo. O estudo dos conflitos agrários na região Oeste de Santa Catarina, sob o enfoque jurídico, faz transparecer o cenário de crise da teoria jurídica tradicional representada pelo positivismo de inspiração liberal-individualista.

A teoria jurídica moderna somente reconhece a conflituosidade do âmbito intersubjetivo. Da mesma maneira, a organização judiciária encontra-se instrumentalizada para administrar os litígios individuais, razão pela qual não consegue absorver a extensão dos conflitos coletivos.

Conforme observa Antonio Carlos Wolkmer, o Direito na sociedade moderna adequa-se com o tipo de sociedade emergente (sociedade burguesa); com o modo de produção material (economia burguesa); com a hegemonia ideológica (liberal-individualista) e com a forma de organização institucional do poder (Estado soberano), que passa a ser configurada na dominação racional-legal (burocracia). As diferentes estruturas compatibilizam-se na constituição de um paradigma jurídico marcado pelos princípios do monismo (univocidade), da estatalidade, da racionalidade formal, da certeza e da segurança jurídica. Esta cultura jurídica entrou em compasso de esgotamento e de crise estrutural, no final do século XX, por não dar conta das profundas transformações econômicas e políticas geradas pela complexidade dos conflitos coletivos, das demandas sociais e das novas necessidades criadas pela globalização do capitalismo.²⁰

As categorias mencionadas, quais sejam o monismo jurídico, a estatalidade, a racionalidade formal, a certeza e a segurança jurídica compõem o imaginário que envolve o positivismo da ciência jurídica moderna, assegurando a sua força legitimadora. Estas categorias encontram-se intimamente imbricadas, de maneira que se torna difícil abordá-las separadamente. Dentre as causas da crise e esgotamento do paradigma positivista dominante na ciência jurídica moderna daremos destaque ao caráter monista da doutrina do Direito Positivo, que faz com que este somente reconheça como jurídicas as emanações normativas do Estado.

²⁰ WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. São Paulo: Alfa Omega, 1994. p. 22-23.

Tal característica, aliada ao fato de ser o Direito moderno a materialização dos interesses da classe social hegemônica, impossibilita que o Direito oficial do Estado ofereça respostas satisfatórias às demandas sociais de caráter coletivo.

1.2 - O monismo jurídico como aspecto central dos sistemas de Direito Positivo

Conforme Antonio Carlos Wolkmer, ao criar as leis o Estado obriga-se diante da comunidade a aplicá-las e a resguardá-las, passando a respeitar certos direitos dos indivíduos e a limitar-se à sua própria legislação. Desta maneira o Estado moderno oficializa a retórica do “Estado de Direito”, que permite e justifica uma certa administração fundada na pretensa neutralidade de uma legalidade. Através das características da generalização, abstração e impessoalidade, o moderno Direito capitalista tende a ocultar o comprometimento e os interesses econômicos da burguesia enriquecida, uma vez que sua estrutura e suas regras técnicas dissimulam as contradições sociais e as condições materiais concretas.²¹

A aceitação da doutrina do monismo jurídico é, segundo Wolkmer, o aspecto central dos sistemas de Direito Positivo. O autor identifica no Direito moderno quatro fases ou “ciclos” monísticos.

O primeiro ciclo aparece com o surgimento do Estado absolutista e do capitalismo mercantil, graças ao fortalecimento do poder aristocrático e ao declínio da Igreja e do pluralismo corporativista medieval. Entre os séculos XVI

²¹ Cf. WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p. 43.

e XVII, os soberanos absolutistas procuravam fundamentar o exercício de sua irrestrita dominação em critérios racionais embasados na doutrina do jusnaturalismo e, simultaneamente, subordinavam as fontes de produção jurídica à vontade daquele que detém o poder político. Desta maneira, o poder político e as estruturas jurídicas reduziram o Direito ao direito estatal, protegido pela coação.²²

O segundo grande ciclo do monismo jurídico ocorre no período que vai da Revolução Francesa até o final das principais codificações do século XIX. Conforme Wolkmer, esta é uma etapa fundamental para a estruturação e solidificação da legalidade estatal burguês-capitalista no Ocidente. Diz o autor:

*"O Direito Estatal não será mais o reflexo da vontade exclusiva de soberanos absolutistas, mas produto da rearticulação das novas condições advindas do Capitalismo concorrencial, da crescente produção industrial, da ascensão social da classe burguesa enriquecida e do liberalismo econômico, condições essas movidas pela lei do mercado, com a mínima intervenção estatal possível."*²³

A influência da teoria da separação dos poderes e do princípio da soberania nacional levou à extrema valorização da lei escrita como fonte de Direito. Esta, no entanto, deixa de ser concebida como emanção do Estado incorporado pelo soberano absolutista e passa a ser entendida como expressão da vontade da nação soberana.

A Revolução Francesa materializou a idéia do Estado-nação, principal categoria histórico-política da sociedade burguesa. Aliada à idéia de nação,

²² Cf. WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p. 43.

²³ WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p.45.

apareceu o conceito de “soberania”. A nação soberana substituiu o príncipe enquanto sujeito de direito do Estado liberal burguês.

Com a Revolução Francesa, diz Wolkmer, efetivou-se a íntima conexão entre a unicidade política revolucionária, materializada na “vontade geral”, e o “Estado de Direito”, que atribuiu uma nova diretriz e um novo conteúdo à instância administrativa, representativa de um “mandato nacional”, e propiciou, ao mesmo tempo, novas relações de poder imbricadas com formas de legalismo centralizado.

As codificações responderam às necessidades de segurança e estabilidade da burguesia vitoriosa na Revolução, quando a sociedade moderna passou a vivenciar a etapa do capitalismo concorrencial. Neste segundo ciclo do Direito estatal, a doutrina do monismo esteve intimamente relacionada ao imaginário jusnaturalista.

O positivismo jurídico, que teve início com as codificações, acabou se impondo como a principal doutrina jurídica moderna e como a reação mais vigorosa contra as correntes jusnaturalistas. Estas buscavam definir a origem, a essência e o fim do Direito na vontade divina, na natureza, ou então na razão humana. O positivismo, por sua vez, procurou banir todas as considerações de teor metafísico-racionalista do Direito, dedicando-se à análise de categorias empíricas na funcionalidade das estruturas legais em vigor. Ou seja, na concepção dogmático-positivista, o Direito foi explicado pela própria materialidade coercitiva e punitiva, uma vez que a sua validade e imputação assentavam na própria existência de uma administração política burocrática e hierarquizada.²⁴

²⁴ Cf. WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p. 48.

Nesta fase de sistematização dogmática do monismo jurídico, o Direito estatal foi reduzido ao Direito Positivo, tipificado por seu caráter abstrato, genérico e institucionalizado, que tentava harmonizar os interesses conflitantes na sociedade, direcionando sempre as funções do aparelho estatal para o atendimento dos interesses da classe social hegemônica.

O terceiro ciclo monístico, apontado por Wolkmer, alcançou seu apogeu no período que vai dos anos 20/30 aos anos 50/60 e consistiu numa legalidade dogmática com rígidas pretensões de cientificidade. A maior expressão deste momento do monismo jurídico foi o formalismo dogmático da Escola de Viena, representado especialmente pela “Teoria Pura do Direito”, de Hans Kelsen, conforme referimos na introdução deste capítulo. Kelsen identificou Estado e Direito, o que permitiu considerar o Estado essencialmente como a ordem jurídica politicamente centralizada.

Wolkmer observa que para o jurista austríaco o Estado configurava-se como uma organização de caráter político-jurídico, que visava não só a manutenção e coesão, mas a regulamentação da força em uma formação social determinada. Esta força estaria alicerçada em uma ordem coercitiva, munida da sanção especificamente jurídica. O Estado legitimaria seu poder pela eficácia e pela validade oferecida pelo Direito, que, por sua vez, adquiriria força no respaldo proporcionado pelo Estado.²⁵

A respeito do monismo de origem kelseniana, afirma Joaquim de Arruda Falcão que aquele concebeu o Direito como um sistema normativo fechado, logicamente hierarquizado de forma dedutiva e posto pelo Estado, que respondeu, historicamente, à predominância do Estado na sociedade contemporânea

²⁵ WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p.51.

desenvolvida, transformando Direito e Justiça em direito estatal e justiça estatal.²⁶

A “Teoria Pura do Direito” foi concebida no período compreendido entre as duas grandes guerras mundiais, marcado pela depressão econômica, pela crise de renovação do Capitalismo e pela insurgência dos direitos sociais caracterizadores do Estado do bem-estar social.²⁷

Por fim, o quarto ciclo do monismo jurídico foi situado por Wolkmer a partir dos anos 60/70, correlacionado com as novas necessidades de reordenação e globalização do capital monopolista (capitalismo avançado) e com a crise do *Welfare State*.

O Direito que emergiu com a sociedade moderna possui como especificidades a estatalidade, o princípio da unicidade, a positividade e a racionalização.²⁸

A estatalidade do Direito moderno assenta no pressuposto de que somente o sistema legal posto pelos órgãos estatais deve ser considerado Direito Positivo. Disto decorre que não se admite a existência de positividade fora do Estado e sem o Estado, uma vez que este detém o monopólio da produção das normas jurídicas.²⁹

O princípio da unicidade, base do monismo jurídico, parte da concepção de que o Direito encontra no Estado sua fonte nuclear e se constitui num sistema único de normas jurídicas integradas. Mesmo admitindo a existência de outras fontes jurídicas, a lei é consagrada como expressão máxima da vontade

²⁶ FALCÃO, Joaquim de Arruda. Op. cit., p. 81.

²⁷ Cf. Kelsen, Hans. *Teoria pura do direito*. Trad. João Baptista Machado. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. [Prefácio à segunda edição.]

²⁸ Cf. WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p. 53-58.

²⁹ Cf. WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p. 53.

predominante do Estado-nação. Segundo Wolkmer, constrói-se, desta maneira, a certeza, a hierarquia e a segurança de um arcabouço de normatividade dogmática fundado no pressuposto lógico de que só possui validade o Direito Positivo do Estado.

Outra especificidade do Direito moderno é justamente a positividade, que consiste em supor que todo Direito se reduz ao Direito Positivo. Tal positividade jurídica pressupõe a organização centralizada do poder e o funcionamento de órgãos aptos a assegurar o cumprimento deste Direito. Neste contexto, a validade e a eficácia da ordem jurídica sustentam-se e são garantidas pelo Estado.

A racionalização aparece como pressuposto essencial para a correta compreensão dos aspectos normativos, institucionais e decisórios do Direito. A temática da racionalização foi trabalhada por Max Weber e deve ser visualizada como o resultado da especialização científica e da diferenciação técnica peculiar à civilização ocidental³⁰.

A racionalidade se transforma num dos elementos nucleares da lógica do desenvolvimento capitalista, sendo natural que apareça estreitamente vinculada à estatalidade, à organização burocrática e ao formalismo legal.

Chegamos, finalmente, a um momento histórico em que os princípios que serviram de fundamento às ordens jurídicas dos séculos anteriores começam a não mais responder satisfatoriamente às novas demandas político-econômicas das últimas décadas do século XX. Por outro lado, o aumento dos conflitos coletivos entre grupos e classes sociais e o surgimento de complexas contradições materiais e culturais, inerentes à sociedade de massas, contribuem para acelerar o

³⁰ Sobre o tema, ver FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. p. 21.

esgotamento do paradigma teórico-político dominante na ciência do Direito moderno.

O Direito moderno enfrenta uma crise de hegemonia, que decorre das muitas disfunções do paradigma teórico-político que até agora lhe deu sustentação, como esclarece Wolkmer:

*“A crise do monismo jurídico estatal enquanto paradigma hegemônico reside no fato de que suas regras vigentes não só deixam de resolver os problemas, como, ainda, não conseguem mais fornecer orientações, diretrizes e normas capazes de nortear a convivência social. Ora, não tendo mais condições de oferecer soluções, o modelo jurídico dominante apresenta-se como a própria fonte privilegiada da crise e das incongruências”.*³¹

Conforme a análise de Joaquim de Arruda Falcão, ao deparar-se com eventuais manifestações normativas não-estatais o monismo jurídico vem adotando duas posturas: na primeira, desqualifica a relevância destas manifestações para a ciência jurídica, sob alegação de que as mesmas apresentam uma frágil e difusa positividade ou alegando sua não-juridicidade; na segunda, trata de integrar essas manifestações não estatais no sistema normativo do Estado, considerando-as ilegais ou enquadrando-as na fórmula kelseniana “o que não está proibido está permitido”.³²

O marco teórico do pluralismo jurídico, ao contrário, reconhece o Direito estatal como apenas uma das várias formas jurídicas existentes na sociedade, argumentando que: a) os estudos de antropologia jurídica vêm demonstrando que existem manifestações normativas não estatais suficientemente positivadas nas

³¹ WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p. 67.

³² Cf. FALCÃO, Joaquin de Arruda. Op. cit., p.80.

sociedades contemporâneas primitivas e que a sociologia jurídica constata a existência de “outros” direitos ao lado do Direito estatal, tanto nas sociedades contemporâneas desenvolvidas quanto nas subdesenvolvidas; b) a alegação de positivação frágil e difusa é produto da insuficiência metodológica do monismo, aprisionado pelo formalismo lógico, já que a não-juridicidade é produto dos limites ideológicos com os quais a ciência positivista do Direito pretende recortar o conhecimento e o fenômeno jurídico³³. O jusfilósofo Antonio Carlos Wolkmer encontra no pluralismo jurídico emergente nas práticas comunitárias os fundamentos para o rompimento com o paradigma positivista que dominou o Direito moderno. Trata-se de uma perspectiva descentralizadora e antidogmática que postula a supremacia dos fundamentos éticos, políticos e sociológicos sobre os critérios técnico-formais positivistas, conforme veremos em seguida.³⁴

1.3 - O pluralismo jurídico como novo marco teórico

Respondendo à indagação “o que é o pluralismo?”, o jurista italiano Norberto Bobbio adverte que o termo “pluralismo” é novo, mas o conceito não o é, pois a idéia de que uma sociedade é tanto melhor governada quanto mais for repartido o poder e mais numerosos forem os centros de poder que controlam os órgãos do poder central se encontra em toda a história do pensamento político. O autor diz que quando se fala de concepção pluralista da sociedade entendem-se mais ou menos claramente três coisas: primeiro, que nossas sociedades são complexas e nelas se formam esferas particulares relativamente autônomas, como

³³ FALCÃO, Joaquim de Arruda. Op. cit., p. 81.

³⁴ Cf. WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., XI.

os sindicatos, partidos e grupos sociais, organizados ou não. Em segundo lugar, uma preferência que indica que o melhor modo para organizar uma sociedade desse tipo é fazer com que o sistema político permita que os vários grupos ou camadas sociais se expressem politicamente e participem na formação da vontade coletiva. Por último, uma refutação consistente em que uma sociedade assim constituída é a antítese de toda forma de despotismo, em particular da forma moderna do despotismo chamada totalitarismo.³⁵

Bobbio identifica um ponto comum a todas as correntes pluralistas atuais, qual seja a existência de uma forte polêmica contra o Estado moderno. Assim, ao lado de uma tendência antidespótica é possível atribuir ao pluralismo contemporâneo uma tendência antiestatal. Esta adquire especial relevância no âmbito do Direito, uma vez que o Estado moderno tomou para si a competência exclusiva da produção do Direito válido. Desta maneira, o pluralismo jurídico vem a apresentar-se como uma corrente contrária à trajetória do Direito moderno, o qual possui como base de sustentação a doutrina do monismo jurídico centralizador e estatizante.

O marco teórico do pluralismo jurídico é apresentado por Antonio Carlos Wolkmer como alternativa para a superação dos limites da ciência jurídica moderna.

Conforme Wolkmer, a temática do pluralismo jurídico compreende muitas tendências com origens diversas e caracterizações singulares. Não obstante esta situação de complexidade, o autor entende que é possível admitir um núcleo principal para o qual converge o pluralismo jurídico e que consiste na negação de que o Estado seja o centro único do poder político e a fonte exclusiva de toda produção do Direito. Nesta perspectiva, vê neste pluralismo uma proposta

³⁵ Cf. BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*. Trad. João Ferreira. Brasília: Polis e UNB, 1988. p. 15 e 16.

descentralizadora e antidogmática, que pleiteia a supremacia de fundamentos éticos, políticos e sociológicos sobre critérios técnicos e formais positivistas.³⁶

Wolkmer designa com a expressão “pluralismo jurídico” a “*multiplicidade de manifestações ou práticas normativas num mesmo espaço sócio-político, interagidas por conflitos ou consensos, podendo ser ou não oficiais e tendo sua razão de ser nas necessidades existenciais, materiais e culturais*”.³⁷

O autor analisa os sintomas de crise e esgotamento do modelo jurídico liberal-individualista, que não oferece respostas satisfatórias aos reclamos político-sociais de segurança e certeza no atual estágio das sociedades complexas e conflitivas de massa. Aponta então para a necessidade de demarcar um novo fundamento de validade para o Direito, um novo paradigma que incida no reconhecimento de novas formas de ações participativas, delineando a existência de um pluralismo jurídico “*fundado no espaço de práticas sociais participativas, capaz de reconhecer e legitimar novas formas normativas extra-estatais/informais (institucionalizadas ou não), produzidas por novos atores titulares de carências e necessidades desejadas*”.³⁸

O objetivo de Wolkmer ao sustentar esta tese é o de reafirmar que a insuficiência do referencial teórico-formal da moderna cultura liberal-burguesa propicia condições para um certo tipo de pluralismo político e jurídico de base comunitário-participativa, que absorverá as privações e exigências das estruturas sociais do capitalismo periférico neste final de século.

Consoante a crítica do pluralismo jurídico, a solução ou resposta para a ineficácia da legalidade monista passa obrigatoriamente pela ruptura com a cultura jurídica moderna hegemônica e incide na constituição gradual e

³⁶ Cf. WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p. XI.

³⁷ WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p. XII.

³⁸ WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p. XIV.

alternativa de um novo paradigma societário de produção normativa. Isto implica na retomada e construção de um pluralismo jurídico que se revele aberto, descentralizado e democrático, que contemple a transformação de carências e necessidades na positivação de novos direitos; de um pluralismo que já não se identifique com a representação individualista do mundo, mas com a síntese de todos os interesses cotidianos individuais e coletivos.³⁹

A discussão do pluralismo jurídico como “projeção de um marco de alteridade”, que constitua um novo paradigma de fundamentação para a cultura política e jurídica, é proposta por Wolkmer a partir da percepção de uma *“crise dos valores e do desajuste institucional das sociedades periféricas de massa, da estruturação de novas formas racionais de legitimação da produção capitalista, de saturação do modelo da representação política e do esgotamento do instrumental jurídico estatal”*⁴⁰.

Nesta perspectiva, o autor entende que a racionalidade não pode mais ser pensada como projeto de totalidade acabada e uniforme, e deverá ser compreendida como uma *“constelação que vai se refazendo e que engloba a proliferação de espaços políticos, caracterizados pela coexistência das diferenças, bem como a diversidade de sistemas jurídicos circunscrita à multiplicidade de fontes normativas informais e difusas”*.⁴¹

Partindo do pressuposto de que a crise do modelo normativo estatizante favorece o surgimento de orientações teórico-práticas insurgentes e paralelas, que questionam e superam o reducionismo dogmático-positivista representado pela ideologia do monismo jurídico, Wolkmer propõe-se a repensar a questão do pluralismo como uma tentativa de buscar outro referencial epistemológico que

³⁹ Cf. WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p. XV.

⁴⁰ WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p. 155.

⁴¹ WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p. 155.

atenda às sociedades modernas neste final de milênio. Neste sentido, “o pluralismo jurídico deve ser visualizado, tanto como um fenômeno de possibilidades e dimensões de universalidade cultural, como um modelo que incorpora condicionantes inter-relacionados (formal e material) adequados às especificidades e às condições históricas de micro e macro sociedades políticas”.⁴²

A proposta de Wolkmer para uma sociedade periférica como a brasileira, caracterizada por instituições frágeis e pela tradição de intervencionismo patrimonialista estatal, é a fundamentação de um pluralismo jurídico inovador, permeado pelas contradições materiais e pelos conflitos sociais, que seja determinante do processo de práticas cotidianas insurgentes e do avanço da “auto-regulamentação” do próprio poder social:

*“O novo pluralismo jurídico, de características participativas, é concebido a partir de uma nova racionalidade e uma nova ética, pelo refluxo político e jurídico de novos sujeitos - os coletivos; de novas necessidades desejadas - os direitos construídos pelo processo histórico; e pela reordenação da sociedade civil - a descentralização normativa do centro para a periferia; do Estado para a Sociedade; da lei para os acordos, os arranjos, a negociação. É, portanto, a dinâmica interativa de um novo espaço público aberto e democrático”.*⁴³

Nesta nova arena jurídica, vislumbrada como um espaço público destinado às práticas comunitário-participativas, parcela significativa do Direito insurgente resulta da atuação de novos sujeitos coletivos de direito, representados pelas associações e movimentos populares. Entendemos que a proposta do pluralismo jurídico nos moldes traçados por Antonio Carlos Wolkmer, torna possível a

⁴² WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p. 156.

⁴³ WOLKMER, Antonio Carlos. Op. cit., p. 157.

superação dos limites do paradigma positivista do Direito moderno e fornece os fundamentos ético-jurídicos para uma nova ciência do Direito, que esteja mais voltada para os fatos da vida do que para os códigos.

O capítulo seguinte dedicaremos ao estudo dos movimentos sociais enquanto novos sujeitos de direito, à sua participação nos chamados conflitos coletivos de direito e à atuação do Poder Judiciário frente aos mesmos.

2 - MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS COLETIVOS: A EMERGÊNCIA DOS SUJEITOS COLETIVOS DE DIREITO

O aspecto central da crise da matriz epistemológica dominante na ciência jurídica moderna, a nosso ver, está relacionado com a sua filiação ideológica, ou seja, a sua vinculação com o liberal-individualismo. Tendo retirado seus fundamentos da teoria política liberal, a ciência jurídica moderna interpreta as relações sociais como vínculos intersubjetivos. Os sujeitos de direito são “pessoas”, naturais ou jurídicas, vistas como individualidades. Os direitos subjetivos pertencem aos indivíduos e estes podem exercitá-los em face de outros indivíduos ou frente ao Estado, também concebido como individualidade.

Com a crescente complexização das relações sociais, os sujeitos passaram a instituir direitos e a encaminhar ao Estado demandas que não são individuais, mas coletivas. A insurgência das demandas através dos chamados “direitos sociais” enseja um repensar das relações entre sociedade civil e Estado. Os “sujeitos coletivos de direito”, representados principalmente pelos movimentos sociais, não correspondem à definição de sujeito de direito da teoria jurídica tradicional.

Por esta razão, abordaremos a seguir alguns aspectos da caracterização dos conflitos coletivos e dos sujeitos coletivos de direito, bem como dos movimentos sociais, atores de uma nova proposta de juridicidade. Introduzindo desde já alguns pressupostos para a discussão dos conflitos agrários no Oeste de Santa Catarina, enfocaremos os movimentos sociais camponeses, dando destaque às formas de organização e de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

2.1 - Os movimentos sociais como sujeitos coletivos de direito

Os conceitos de “movimentos sociais” e de “sujeitos coletivos de direito” possuem implicações mútuas e são fundamentais para a análise dos conflitos coletivos.

Na concepção tradicional de “sujeito de direito”, de inspiração liberal-individualista, este se identifica com o indivíduo, ou seja, com a pessoa física ou jurídica. Segundo o entendimento de Agostinho Ramalho Marques Neto, na história do desenvolvimento da noção de sujeito de direito pode-se observar a constância de certos traços que possibilitam o delineamento daquilo que é suposto como a essência do sujeito no pensamento jurídico tradicional. O autor identifica uma íntima articulação entre sujeito e pessoa:

“Em geral, admite-se que o sujeito tem na pessoa seu pressuposto, seu suporte fático, por assim dizer. (...) É a personalidade, e não a capacidade jurídica, que define o sujeito de direito. Daí o desdobramento ser factível:

*só a pessoa pode ser sujeito de direito; enquanto sujeito de direito, é que a pessoa pode ganhar seu estatuto jurídico”.*⁴⁴

Nesta perspectiva, os direitos subjetivos expressam a particularização, a nível de indivíduo, de um direito posto em caráter geral. Essa particularização tem o caráter de uma apropriação, pois o direito subjetivo é incorporado ao patrimônio do sujeito.

As contradições sociais observadas nas sociedades contemporâneas, especialmente nas economias periféricas, desencadearam a crise estrutural das instituições governamentais. Novos espaços políticos estão sendo ocupados por atores sociais que até então não possuíam tradição de mobilização e confronto. Esses atores são os “novos movimentos sociais” que segundo José Eduardo Faria caracterizam-se por possuírem uma estrutura organizacional bem mais fluida, informal, descentralizada e desprofissionalizada, baseada no trabalho voluntário e dependente de consenso interno para sua permanência e estabilidade.⁴⁵

Conforme Faria, os novos movimentos sociais diferenciam-se das velhas formas de organização social principalmente porque sua auto-identificação não se refere apenas aos códigos políticos estabelecidos, quais sejam as ideologias “esquerda” *versus* “direita”, “liberal” *versus* “conservador”, nem aos códigos sócio-econômicos correspondentes, tais como as relações de classe (“operário” *versus* “burguesia” etc.), mas refere-se, igualmente, a códigos não convencionais, como feminismo, ecologia, pacifismo, emancipação, cultura, anti-racismo. Diz o autor:

⁴⁴ MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. *Para a compreensão do sujeito jurídico: uma leitura transdisciplinar*. Seminário nacional sobre o uso alternativo do direito (Rio de Janeiro, Instituto dos Advogados Brasileiros, jun. 93). Rio de Janeiro: COAD/ ADV, 01/94.

⁴⁵ Cf. FARIA, José Eduardo. *Justiça e conflito - os juízes em face dos novos movimentos sociais*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992. p. 12-15.

*“...esses ‘novos movimentos sociais’ são formados por atores que, lutando contra as mais variadas formas de exploração e opressão política, econômica, social e cultural, apropriam-se política e discursivamente dos direitos humanos para convertê-los em sinônimo de ‘direito alternativo’ das maiorias marginalizadas. Agindo assim, passaram a redefinir as relações da sociedade com o Estado e a pressionar por uma revisão estrutural do ordenamento jurídico vigente, ‘redescobrimo’ o sistema social como o ‘lugar’ da política; e, com isso, acabaram deslocando a clássica questão da constituição dos sujeitos políticos, tradicionalmente subsumida na relação classe-partido-Estado (enquanto relação que pré-definia o espaço exclusivo e privilegiado de uma ação dotada de legitimidade, reconhecimento e eficácia políticas)”.*⁴⁶

A partir deste dado, Faria identifica um hiato entre uma matriz jurídico-institucional que tem sua base num Judiciário concebido como poder funcionalmente capaz de decidir os conflitos e demandas sempre nos limites estritos das prescrições e dos procedimentos estabelecidos pelas leis, e as novas práticas sociais, que possuem natureza confrontacional.

A análise de Faria nos conduz à conclusão de que a matriz jurídico-institucional de inspiração liberal-individualista não permite que o Judiciário processe e responda de maneira eficiente as demandas coletivas, e tampouco consiga assimilar o conceito de “sujeito coletivo de direito”.

Desta maneira, o espaço privilegiado de luta dos sujeitos coletivos de direito, para defesa de seus direitos e interesses passa a ser o espaço social, e não o espaço da jurisdição, uma vez que este é predominantemente conservador e não

⁴⁶ FARIA, José Eduardo. *Justiça e conflito...*, cit., p. 15.

se encontra instrumentalizado para responder satisfatoriamente às demandas coletivas.

Um dado relevante na análise dos conflitos judiciais de natureza coletiva é a participação dos sujeitos coletivos de direito, representados principalmente pelos novos movimentos sociais. Tais movimentos têm surgido em diferentes países da Europa e em sociedades periféricas como a brasileira a partir das décadas de sessenta e setenta.

Conforme Teresa Kleba Lisboa, vigorou durante décadas o paradigma de análise dos movimentos sociais que os enquadrava num cenário de luta de classes, estabelecendo um recorte econômico para a valorização desses movimentos. Sob esta ótica, os movimentos sociais só teriam como alternativas o papel de movimentos de massa, pouco estruturados, que deveriam integrar-se às organizações de trabalhadores, ou, então, a função de “fronts” políticos especiais destinados a subordinar-se ao partido.⁴⁷

Ilse Scherer-Warren diz que os novos movimentos sociais têm como objetivo estabelecer um novo equilíbrio de forças entre o Estado e a sociedade civil e no interior da própria sociedade civil, nas relações de força entre dominantes e dominados. A socióloga esclarece que entende por Estado o campo da política institucional, ou seja, do governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação, e por sociedade civil o campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho. Considera os novos movimentos sociais como focos de transformação que emergem a partir das bases da sociedade, rompendo com a tradição histórica da cultura política.⁴⁸

⁴⁷ Cf. LISBOA, Teresa Kleba. *A luta dos sem terra no Oeste Catarinense*. Florianópolis: Editora da UFSC/co-edição Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, 1988.

⁴⁸ Cf. SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

Os novos movimentos sociais surgiram no Brasil a partir da década de setenta, apresentando-se como novos sujeitos sociais no cenário político e reclamando um novo paradigma para sua interpretação. Teresa Kleba Lisboa aponta como características desses movimentos a crítica às práticas organizativas centralizadas e burocratizadas antes experimentadas, e o fato de não possuírem um projeto claro para o futuro, concebido como um “vir a ser” que deve ser construído a partir das vivências do presente.

Devido à experiência do autoritarismo que foi vigente no Brasil principalmente no início da década de setenta, os novos movimentos sociais passaram a considerar a democracia um valor essencial. Informa Lisboa:

“A nova cultura política que emerge com os movimentos sociais coloca a questão da democracia como central nas ciências sociais, na medida em que a luta contra o autoritarismo torna-se a luta por uma ordem social alternativa e democrática”.⁴⁹

No entendimento de Eunice Ribeiro Durham, a questão da transformação de necessidades em direitos, intento dos novos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania. O confronto com o Estado implica uma avaliação da legitimidade do mesmo, que é medida por sua capacidade de respeitar e promover os direitos que a população está atribuindo a si mesma. Os movimentos sociais não esperam mais uma solução global dos conflitos pela conquista ou a destruição do poder estabelecido, por entenderem que o poder não está concentrado apenas no Estado, mas presente em todo o tecido social. Assim, para transformar a sociedade é necessário construir um novo poder antes de tomá-lo.⁵⁰

⁴⁹ LISBOA, Teresa Kleba. Op. cit., p. 20.

⁵⁰ Cf. DURHAM, Eunice Ribeiro. *Movimentos sociais - a construção da cidadania*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.10, p. 24-30.

Os novos movimentos sociais não lutam apenas por melhores condições de vida: são produtores da história como forças instituintes que questionam o Estado autoritário e suas práticas centralizadoras e burocráticas.

Segundo Ilse Scherer-Warren, os movimentos referidos apresentam um potencial de corrosão do autoritarismo e de criação de uma sociedade mais democrática⁵¹. A autora observa que o Estado e a sociedade civil não são campos sociais autônomos, pois se interpenetram em suas dinâmicas próprias. O Estado, enquanto aparelho, possui um campo institucional de atuação privilegiado, e a sociedade civil, por sua força numérica e vital na produção social, poderá ter uma atuação mais ou menos agressiva na transformação social. Os novos movimentos sociais atuam no seio da sociedade civil e representam a possibilidade de fortalecimento desta em relação ao Estado e perante a forma tradicional do agir político por meio dos partidos.

Scherer-Warren identifica a existência de um ideal básico no agir dos novos movimentos sociais, que é o da criação de um novo sujeito social capaz de redefinir o espaço da cidadania. Esses movimentos deixam transparecer o sentimento de uma tripla exclusão relativa, sempre presente na história brasileira: exclusão econômica, política e cultural/ideológica, que se acentuou durante os anos duros do regime militar. Diz a autora:

“...defende-se o direito de participar do consumo de bens e equipamentos coletivos, através dos Movimentos Sociais Urbanos; o direito de permanecer na moradia e na terra ocupada, pelo Movimento dos Favelados; o direito à terra para o trabalho, pelo Movimento dos Sem-Terra, ou de preservar as terras produtivas, pelo Movimento das Barragens; o direito a uma vida mais sadia, pelo Movimento Ecológico; o

⁵¹ Cf. SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit., p. 52.

direito a não serem discriminados culturalmente, pelos Movimentos Étnicos e assim por diante. Mas o relevante é que nesses movimentos defende-se também o direito de participar de decisões que afetam o destino de seus membros e o respeito por suas formas culturais. Portanto, o sentimento de exclusão relativa, ou a consciência da carência relativa, conduz às reivindicações, as quais são assumidas como direitos”.⁵²

Através das lutas pela redefinição da cidadania, muitos movimentos sociais negam o modelo político existente e apontam para novas formas de relações sociais. Esta negação se expressa através de um crescente processo de deslegitimação de decisões tomadas autoritariamente pelo Estado ou assumidas de acordo com interesses das classes dominantes. Esses sujeitos sociais passam a praticar, no enfrentamento, várias formas de desobediência civil, descumprindo leis e ordens judiciais.

Os novos movimentos sociais são uma realidade ainda recente no Brasil. Talvez por esta razão sejam bastante fragmentados em uma série de pequenos grupos. A fragmentação, conforme Ilse Scherer-Warren, é inerente à natureza ideológica de alguns desses grupos, que defendem o pluralismo cultural e a diversidade. Apesar disto, esses movimentos acreditam na força comunitária para a constituição histórica do grupo. Em alguns casos as relações comunitárias representam apenas uma forma de luta, mas em outros, como é o caso do Movimento dos “sem-terra”, passam a significar um novo modo de vida.

A Igreja Católica, através dos agentes pastorais, vem estimulando as formas comunitárias de organização social. Os movimentos sociais influenciados pela “nova” Igreja valorizam os laços interpessoais, a solidariedade e a participação. Estas características se contrapõem aos valores fundamentais do capitalismo, como a competitividade, o individualismo e a atomização social. Por

⁵² SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit., p.54.

outro lado, se contrapõem à tradição política brasileira, que tem como características a centralização do poder, o populismo e o paternalismo.

Segundo Scherer-Warren, o tipo de ação encaminhada pelos novos movimentos sociais é marcado pela “resistência não-violenta”, uma espécie de “espera ativa” que dá existência política ao movimento. A autora aponta como características de tais movimentos a busca da democratização das práticas cotidianas internas dos grupos, a ampla participação das mulheres e jovens e a busca da autonomia. Este tipo de prática não está isenta de algumas contradições, principalmente em razão da participação de mediadores externos, quando estes se portam como “donos” do movimento.

A presença de agentes externos é freqüente nos movimentos de base popular, onde a sua atuação é de grande importância para a organização do grupo. Já os movimentos que envolvem a classe média, como são, caracteristicamente, os movimentos ecológicos e feministas, prescindem do auxílio de mediadores, pois os intelectuais surgem de seu próprio meio.

Ilse Scherer-Warren aponta a questão da autonomia como um aspecto sempre recorrente nos debates dos movimentos sociais. O novo sindicalismo luta por uma organização sindical não atrelada ao Estado; os movimentos de bairros discutem o perigo de cooptação de seus membros pelos políticos e administradores clientelísticos; outros grupos discutem a problemática da autonomia em relação aos partidos. Às vezes a discussão do tema autonomia refere-se à problemática da inter-relação de diferentes movimentos.

Em qualquer caso, a autonomia é elemento fundamental para a construção da identidade do grupo e para a definição dos tipos de alianças que podem ser necessárias para conduzir o movimento para além de suas reivindicações

imediatas, rumo à construção de um projeto mais global de democratização da sociedade.⁵³

Os pré-requisitos para a formação de um movimento social são, segundo Scherer Warren, o reconhecimento de um direito e a formação de identidade, o desenvolvimento de uma sociabilidade política e a construção de um projeto de transformação social.⁵⁴

O reconhecimento coletivo de um direito não se produz pela simples situação de miséria, de discriminação ou de exploração. É necessário existir um fator subjetivo, como a crença na dignidade do cidadão, para que se crie a consciência da existência do direito e do dever de lutar por ele.

O reconhecimento coletivo de um direito propicia a formação de uma identidade social e política. Os atores sociais reconhecem-se mutuamente como pertencentes à mesma situação de carências e como portadores do mesmo direito. Isto tem levado os movimentos sociais a se constituírem em torno de uma pluralidade de identidades, que apesar disto apresentam convergências. Cada movimento cria a sua identidade política específica, como a de “sem-terra”, a de “atingido pelas barragens” ou a de “trabalhadora rural”.⁵⁵

A sociabilidade política é um fator imprescindível para a existência dos movimentos sociais. Estes constituem espaços de socialização política que permitem ao trabalhador o aprendizado das práticas organizativas necessárias para lutar pela superação de suas carências e pela construção de uma sociedade mais democrática, que garanta ao cidadão o exercício de seus direitos elementares. Assim, a participação das bases populares em grupos de reflexão e

⁵³ Cf. SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit., p. 59.

⁵⁴ Cf. SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit., p. 60-62.

⁵⁵ Cf. SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit., p. 63-65

em assembléias deliberativas, estimuladas especialmente pelos agentes externos, vem contribuindo para a criação desses espaços de sociabilidade.

A construção de um projeto de transformação social leva em conta o objetivo específico pelo qual o movimento trava a sua luta (a superação de uma carência que une os seus membros em torno de um objetivo comum) e, ainda, a utopia de construção de uma nova sociedade, concebida como um processo em que novas relações comunitárias e sociais vão sendo constituídas.⁵⁶

Por se constituírem a partir de novos valores culturais e de um projeto de sociedade emancipatória, os novos movimentos sociais criam uma *práxis* político-jurídica transgressora da ordem instituída.⁵⁷

Embasando essa *práxis*, João Batista Moreira Pinto identifica a existência de uma noção de justiça concreta, que é social e política e que busca uma igualdade efetiva nas relações sociais. Essa noção de justiça possibilita que os novos movimentos sociais visualizem as necessidades sociais como direitos e que lutem por eles, sobrepondo-os à própria lei. A validade da lei é então relativizada, prevalecendo a análise de sua legitimidade.

Moreira Pinto identifica nos sujeitos que integram os novos movimentos sociais um descrédito frente ao meio jurídico e ao mesmo tempo uma visão mitificada do Judiciário. O autor interpreta estes dados como resultantes do fato de que os novos movimentos sociais não refletem sobre a cultura jurídico-política instituída, mantendo, desta maneira, o desconhecimento e a distância frente a tal cultura. O desconhecimento, aliado à idéia da relação entre saber e poder, constitui o aspecto fundante para uma relação mitificada, que permite o “domínio do outro” (heteronomia).

⁵⁶ Cf. SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit., p. 65.

⁵⁷ MOREIRA PINTO, João Batista. *Direito e novos movimentos sociais*. São Paulo: Acadêmica, 1992.

Outro aspecto relevante apontado por Moreira Pinto diz respeito à visão que os novos movimentos sociais têm das relações do Poder Judiciário com a classe dominante. O Judiciário é visualizado como vinculado ao poder político e econômico e por vezes apontado como “pertencente” à classe dominante. Sobre esse ponto, são pertinentes as ponderações do autor no sentido de que o Judiciário não pertence ao poder instituído ou à classe dominante, pois se o social-histórico é uma tensão entre o instituinte e o instituído, então toda instituição é marcada pelo conflito, que é inerente à sociedade.

Moreira Pinto ressalta, por fim, que predomina nos novos movimentos sociais uma situação de não-investimento no jurídico. A atuação jurídica, quando acontece, se faz numa perspectiva técnica-jurídica. Assim, apesar de agirem no social-histórico com uma perspectiva libertadora, rompendo com a ordem instituída e criando aspectos de uma nova cultura, esses movimentos não investem na reflexão sobre a atuação jurídico-política, de maneira que não se torna possível a re-significação do discurso jurídico, mantendo-se com isso o significado e conseqüente domínio da cultura jurídico-política instituída.⁵⁸

A questão jurídica ainda é um desafio para os novos movimentos sociais, mas é neles ou através deles que se poderá construir uma nova cultura e uma nova práxis jurídico-política emancipatória.

⁵⁸ MOREIRA PINTO, João Batista. Op. cit., p 84.

2.2 - Movimentos sociais camponeses e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra os

Conforme já referimos no item anterior, a diferenciação entre os “velhos” e o “novos” movimentos sociais encontra-se nas formas de organização e encaminhamento de suas lutas. Quanto à organização, os primeiros caracterizam-se pela incorporação de formas clientelísticas e paternalistas de fazer política, pela utilização do instrumento da democracia representativa e pelo uso da violência física. As novas formas de organização social, por sua vez, valorizam a participação ampliada das bases, a democracia direta e opõem-se ao autoritarismo, à centralização do poder e ao uso da violência física.

Quanto ao conteúdo de suas lutas, tanto os movimentos “velhos” quanto os “novos” possuem demandas específicas e defendem utopias de transformações sociais mais gerais.

O que há de inovador nos “novos” movimentos sociais do meio rural é a luta pela ampliação do espaço da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações das relações cotidianas.⁵⁹

Ilse Scherer-Warren estabelece, para fins didáticos, uma periodização para identificação dos “velhos” e dos “novos” movimentos sociais camponeses. Assim, destaca a ocorrência de movimentos sociais que se organizaram até o Golpe Militar de 1964; depois o período denominado “refluxo”, que vai da repressão militar até as manifestações da sociedade civil no final da década de sessenta e início da década de setenta, e, por fim, a retomada das manifestações e as novas formas de organização camponesa verificadas a partir da segunda

⁵⁹ Cf. SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit., p. 68.

metade da década de setenta. A autora denomina “velhos movimentos sociais” a aqueles organizados no primeiro período e “novos movimentos sociais” a algumas organizações do último.

Entre os velhos movimentos sociais no campo, Scherer-Warren faz referência aos inúmeros movimentos messiânicos que se organizaram tanto no Norte como no Sul do país, nas três primeiras décadas deste século; as rebeliões sociais, como o banditismo social no Nordeste; as lutas dos posseiros no Sudoeste na década de cinquenta; as Ligas Camponesas no Nordeste e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra) no Rio Grande do Sul, durante os anos 50 e 60. Esses movimentos encontravam-se organizados em torno de fortes lideranças carismáticas e/ou paternalistas. Soma-se a eles o Sindicalismo Rural, que surge fortemente atrelado ao Estado e assume caráter predominantemente assistencialista.⁶⁰

Entre os novos movimentos sociais no campo a autora elenca o *Movimento das Barragens*, que tem início em 1976, com Sobradinho e Itaparica no Nordeste; prossegue em 1978 com a Itaipu Binacional; nos anos 80 com a Bacia do Uruguai, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; com Tucuruí, no Norte, entre outros; o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, a partir de 1979, no Sul e Sudoeste do Brasil e o *Movimento de Mulheres Agricultoras*, organizado a partir de 1981, também no Sul do país.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem participação decisiva nos processos de ocupação e luta pela terra na Região Oeste de Santa Catarina. Por esta razão, interessa-nos conhecer a sua origem e organização.

⁶⁰ Cf. SCHERER-WARREN, Ilse. Op. cit., 66.

O surgimento do MST foi determinado por vários fatores da realidade Brasileira. Durante a década de setenta houve uma grande concentração da propriedade da terra e uma expansão da mecanização da lavoura, pela utilização dos chamados insumos industriais. Com isso muitas fazendas que utilizavam a mão-de-obra na forma de parceria e arrendamento a substituíram por máquinas. Os trabalhadores foram sendo pouco a pouco expulsos da terra. Por outro lado, houve o estímulo à monocultura da soja e do algodão destinados à exportação, que implicou na redução dos cultivos permanentes como o café. Também a implantação do Proálcool trouxe a redução da mão-de-obra nas fazendas.⁶¹

Até o final da década de setenta os trabalhadores rurais excluídos da agricultura buscavam duas saídas básicas: a migração para as regiões amazônicas e o êxodo para as cidades. Com o passar do tempo, a ocupação da fronteira agrícola na Amazônia se revelou inviável e milhares de agricultores regressaram para suas regiões de origem. Também o chamativo do emprego na cidade haveria de acabar, uma vez que o denominado “milagre brasileiro” da industrialização tinha se esgotado e a crise já atingia as cidades, causando desemprego.

Paralelamente a isso havia o trabalho pastoral da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das pastorais rurais, que passavam a conscientizar os camponeses de seu direito à terra, despertando-os para uma visão da realidade não mais submissa e conformada, como antes pregava a Igreja tradicional.

O surgimento do novo sindicalismo, por sua vez, também influenciou na organização camponesa. A partir do sindicalismo combativo das cidades e das greves no ABC paulista, novas idéias chegaram ao campo, gerando uma corrente

⁶¹ Cf. STÉDILE, João Pedro *et alii*. *A luta pela terra*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993. p. 28.

de transformação dos antigos sindicatos rurais em sindicatos combativos que passaram a estimular e apoiar a luta pela terra.

Além disso, o processo de abertura democrática e o fim do regime militar contribuíram decisivamente para que os camponeses sem terra se organizassem em sindicatos e movimentos sociais, pois a repressão política deixou de representar uma ameaça grave.⁶²

O MST tem como princípios definidos no encontro nacional de sua fundação a luta pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa.

O objetivo de lutar pela terra atende à necessidade econômica de sobrevivência de cada família sem terra. O “sem-terra” aspira à terra como uma oportunidade de trabalho, como uma garantia de sobrevivência para ele e para seus filhos. Não visa o enriquecimento, a especulação ou a reserva de valor. Por almejar a terra como forma de sobrevivência econômica, o movimento tem caráter de luta corporativa ou sindical.

O segundo objetivo, que é a reforma agrária, é mais amplo. O MST entende por reforma agrária o conjunto de medidas a serem tomadas pelo Governo para alterar a estrutura fundiária do país e garantir o acesso à terra para todos os agricultores que nela quiserem trabalhar e as medidas complementares de política agrícola, como crédito rural, garantia de preços mínimos para as colheitas, assistência técnica, seguro e outras necessárias para garantir a viabilidade e a rentabilidade da pequena produção.

O terceiro objetivo do Movimento é o de lutar por uma sociedade mais justa, “uma sociedade sem exploradores e explorados”, como diz a Carta de Princípios. Este objetivo está relacionado com a organização do poder político na

⁶² Cf. STÉDILE, João Pedro *et alii*. Op. cit., p. 28.

sociedade, pois a reforma agrária depende essencialmente da vontade e força política do governo.⁶³

O Movimento dos agricultores sem terra surgiu em diferentes locais e momentos e sua história é composta pela soma de acontecimentos que se desenvolveram especialmente a partir de 1978, ano em que ocorreram em vários Estados lutas coletivas de agricultores pela conquista da terra. O surgimento do MST no Sul do Brasil representa, de certa maneira, a continuidade da luta pela terra iniciada pelo MASTER, conforme veremos em seguida.

O MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra) foi um movimento de trabalhadores rurais assalariados que existiu no Estado do Rio Grande do Sul no início dos anos sessenta. Este movimento era vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro, do então Governador do Estado Leonel de Moura Brizola, e tinha como objetivo a conquista da terra para o trabalho.

Naquele período os colonos do MASTER invadiram a fazenda Sarandi, latifúndio que possuía aproximadamente vinte e quatro mil hectares. A área foi desapropriada por Brizola, sendo que parte foi vendida aos colonos e parte foi loteada. A área remanescente, de três mil hectares, foi arrendada pelo Estado a empresários, dando origem às fazendas Macali e Brilhante.⁶⁴

O MASTER, assim como as Ligas Camponesas do Nordeste e as organizações camponesas que se iniciavam no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, deixou de existir com o golpe militar de 1964.

No final da década de setenta, no Rio Grande do Sul, as primeiras ocupações de trabalhadores rurais sem terra ocorreram justamente nas fazendas Macali e Brilhante. Ambas foram invadidas por colonos oriundos de um conflito

⁶³ Cf. STÉDILE, João Pedro *et alii*. Op. cit., p. 30-31.

⁶⁴ Cf. STÉDILE, João Pedro *et alii*. Op. cit., p. 30.

de terras ocorrido com os índios Kaingang, na reserva de Nonoai, de onde foram expulsos.

No Estado de São Paulo a organização “sem-terra” surgiu a partir de um conflito de terras na fazenda Primavera, no município de Andradina.

No Mato Grosso do Sul proliferaram conflitos a partir da resistência às ordens de despejo de centenas de famílias de agricultores que viviam como parceiros nas fazendas.

No Paraná a luta deveu-se à construção da barragem da Itaipu Binacional, que inundou as terras de mais de dez mil famílias.

Em Santa Catarina a primeira ocupação ocorreu no município de Campo Erê, na fazenda Barro Branco, em maio de 1980. A ocupação, por mais de trezentas famílias, despertou a opinião pública para o problema dos “sem-terra” no Estado.

Desde então sucederam-se inúmeras ocupações em Santa Catarina, principalmente na região Oeste. Esta foi a forma de luta encontrada pelo MST para executar a reforma agrária. O episódio de maior importância ocorreu em maio de 1985 e consistiu numa operação integrada de ocupações simultâneas, que ficou conhecida como “o dia da posse”. Naquele dia comemorava-se, na cidade de Guaraciaba, extremo-Oeste catarinense, o dia de Nossa Senhora do Caravaggio, festa religiosa que atrai milhares de romeiros. Aproveitando-se do movimento dos peregrinos, as comissões municipais do MST organizaram o deslocamento de quase duas mil famílias de colonos em direção às áreas escolhidas para serem tomadas, localizadas em vários municípios.

Este episódio teve grande repercussão na imprensa nacional, mobilizando as autoridades políticas no sentido de resolver a questão agrária e evitar os conflitos armados, já freqüentes entre colonos e proprietários.

As ocupações levadas a efeito pelos “sem-terra” consistiam, no princípio, em iniciativas isoladas. Somente a partir de 1981 passaram a acontecer encontros entre as lideranças dessas lutas localizadas, promovidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Disto resultou a realização do primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra, em janeiro de 1984, no município de Cascavel, Estado do Paraná, que representou a fundação do MST, já atuante em vários Estados.

A organização do MST é bastante complexa e rígida, o que se justifica pelo fato de suas atividades compreenderem grandes riscos pessoais e por se encontrarem à margem do Direito oficial do Estado. Conforme Teresa Kleba Lisboa, o Movimento estrutura-se em todos os municípios utilizando basicamente a mesma metodologia:

“...algumas lideranças já pertencentes ao Movimento percorrem as comunidades agrícolas fazendo um levantamento dos colonos que não possuem terra. Através de contatos e entrevistas são convidados a comparecer nas reuniões realizadas pelo Movimento. Estas reuniões são realizadas nas escolas, Igrejas ou sede de sindicatos da comunidade, com o respectivo apoio das entidades. O grupo passa a se reunir periodicamente para discutir assuntos de seu interesse, ler a Bíblia e planejar possíveis estratégias”.⁶⁵

O MST pode ser caracterizado como um movimento camponês que luta pela reforma agrária, pela justiça social no campo e que possui como estratégia de ação a ocupação sistemática de terras improdutivas, públicas ou particulares. O Movimento tem como lema “ocupar, resistir e produzir”, e através dessa prática vem executando pela pressão a tão postergada reforma agrária no Brasil.

⁶⁵ LISBOA, Teresa Kleba. Op. cit., p. 70.

Os sinais da crise do paradigma positivista do direito aparecem, privilegiadamente, no momento da aplicação do direito, ou seja, nos espaços da jurisdição. Por essa razão, abordaremos a seguir a temática da função jurisdicional frente às demandas coletivas, insurgentes nas últimas décadas do século XX, com a participação dos sujeitos coletivos de direito.

2.3 - O Poder Judiciário frente aos conflitos coletivos de direito

Os limites da atividade jurisdicional do Estado vêm suscitando problemas como as questões do acesso à justiça, da administração e da politização da função jurisdicional, da informalização da organização judiciária, da flexibilização dos procedimentos judiciais, dentre tantas outras. Estas são temáticas que inovam o pensamento jurídico, especialmente no que diz respeito ao processo e à jurisdição.

As recentes alterações introduzidas no Código de Processo Civil Brasileiro refletem, em parte, a preocupação dos juristas e do poder público com o equacionamento da já diagnosticada “crise da Justiça”.

Paralelamente a essas iniciativas oficiais de enfrentamento desta crise, aparecem as propostas de uma hermenêutica alternativa do Direito e da atividade jurisdicional, com base, principalmente, no reconhecimento do pluralismo jurídico.

José Eduardo Faria entende que esse fenômeno é uma das facetas da crise das instituições governamentais que se traduz, por um lado, pela ruptura do

monopólio do espaço político representativo tradicional, pelo alargamento do espaço público, pela proliferação de espaços políticos novos e não institucionalizados, e pela crescente politização da vida social. Por outro lado, pela progressiva apropriação da titularidade da iniciativa legislativa por parte do Executivo, que avança sobre as prerrogativas do legislativo e até mesmo sobre a autonomia do Judiciário.⁶⁶

Em decorrência das práticas intervencionistas do Estado, que age em defesa de uma economia monopolizada e cartelizada, são gradativamente superadas as idéias de autonomia da vontade, de liberdade para contratar e de responsabilidade individual, categorias até então fundamentais no Direito moderno.

Conforme Faria, os Estados latino-americanos estabeleceram, nestes últimos anos, a prática de multiplicar seus meios de ação e de editar grande número de leis e códigos, que se caracterizam, cada vez mais, por uma linguagem vaga e ambígua, que deixa ao intérprete e ao aplicador amplas margens de escolha. Essa imprecisão das disposições legais torna o poder público cada vez menos eficaz, devido às dificuldades que enfrenta para mobilizar todos os instrumentos de que dispõe. O Governo passa, muitas vezes, a agir em descompasso com as políticas oficiais, chegando até a violar a ordem constitucional. Desta maneira, o Estado caracteriza-se por uma forma de dominação “dual”, em que uma linha de atuação formal corre paralelamente a outra linha de atuação informal, com ritmo distinto e lógica específica.⁶⁷

Estas observações são válidas para caracterizar as funções administrativas, legislativas e judiciárias no Brasil. Atualmente, mais de duzentas mil leis regulam a vida dos brasileiros. Muitas já foram esquecidas, mas continuarão vigentes

⁶⁶ FARIA, José Eduardo. *Justiça e conflito...*, cit., p. 11-12.

⁶⁷ Cf. FARIA, José Eduardo. *Justiça e conflito...*, cit., p. 15.

enquanto não forem revogadas. Pairam dúvidas sobre a validade da maior parte da legislação, pois o Executivo, o Legislativo e o Judiciário já não sabem exatamente quais leis foram revogadas, total ou parcialmente. A expressão final “*revogam-se as disposições em contrário*”, acrescida a quase todas as leis editadas nos últimos trinta anos no Brasil, torna praticamente impossível precisar o que está vigente e o que está revogado.⁶⁸

Observando o cotidiano da sociedade brasileira, percebemos que a idéia de “crise da Justiça” está muito presente, como adverte Ada Pellegrini Grinover:

*“...dissemina-se e serpenteia pelo corpo social, como insatisfação dos consumidores de Justiça, assumindo as vestes do descrédito nas instituições; atinge os operadores do direito e os próprios magistrados, como que impotentes perante a complexidade dos problemas que afligem o exercício da função jurisdicional; desdobra-se em greves e protestos de seus servidores; ricocheteia, enfim, pelas páginas da imprensa e ressoa pelos canais de comunicação de massa, assumindo dimensões alarmantes e estimulando a litigiosidade latente. A Justiça é inacessível, cara, complicada, lenta, inadequada. A Justiça é denegação de Justiça. A Justiça é injusta. Não existe Justiça”.*⁶⁹

É necessário, como adverte Grinover, fazer a distinção entre “crise da Justiça” e “crise do Judiciário e de seus membros”. Embora a primeira compreenda a segunda, com suas diversas variantes, a confusão entre ambas é freqüente, especialmente nos países em que a função jurisdicional é desempenhada exclusivamente pelo Poder Judiciário.

⁶⁸ Cf. CASADO, José. *Governo sonha em criar regras capazes de pôr ordem no emaranhado de leis do País*. O Estado de São Paulo, ed. 18/6/95, p. 12.

⁶⁹ GRINOVER, Ada Pellegrini. *A crise do Poder Judiciário*. (XIII Conferência Nacional da OAB, setembro de 1990). Revista de Direito Público, São Paulo (98): 18-26.

Devemos levar em conta, desde logo, o dado de que uma crise não tem somente aspectos negativos, mas pode indicar um fenômeno de evolução e transformação. Além disso, há que extremar na crise que se generaliza como sendo do Judiciário os seus diversos aspectos, pois alguns são atinentes à crise estrutural deste Poder, outros são relativos à crise institucional que surge no jogo de equilíbrio entre os poderes, outros são peculiares à mentalidade dos operadores da Justiça, outros são próprios da inadequação dos controles sobre a função jurisdicional.⁷⁰

A crise estrutural do Poder Judiciário é resultado da tendência do Estado moderno ao intervencionismo, que o leva ao acúmulo exagerado de atribuições e vem acompanhado da ineficiência crônica. O Poder Judiciário, segundo Grinover, está cada vez mais pesado em suas estruturas e menos ágil em seu desempenho. Reflexos disto são a sobrecarga dos Tribunais, a morosidade dos processos, o alto custo dos mesmos, a burocratização da Justiça, a complicação procedimental, que resultam na obstrução das vias de acesso à justiça e ao distanciamento cada vez maior entre o Judiciário e seus usuários. Esta situação é agravada pelo aumento da litigiosidade na sociedade de massa e pela emergência dos novos conflitos metaindividuais, para os quais as estruturas processuais ainda não estão suficientemente preparadas.⁷¹

A resposta à crise estrutural do Poder Judiciário vem sendo dada por intermédio de técnicas que visam diminuir a distância entre a sociedade e a Justiça. Estas técnicas inserem-se no amplo quadro da política judiciária, que se desdobra numa vertente jurisdicional e em outra extrajudicial. Na primeira, a medida de maior significado é a denominada *deformalização do processo*, que tem por objetivo proporcionar um processo mais rápido, simples, econômico e de

⁷⁰ GRINOVER, Ada Pellegrini. Op. cit., p. 18-19.

⁷¹ Cf. GRINOVER, Ada Pellegrini. Op. cit., p. 19.

fácil acesso, destinado a solucionar os litígios de menor complexidade. Outros esforços são empreendidos no sentido de evitar a pulverização dos litígios, o que se faz através das ações coletivas, como a ação popular e a ação civil pública, o mandado de segurança coletivo, o dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, e dos novos instrumentos processuais, a exemplo daqueles destinados à defesa dos direitos subjetivos homogêneos do Código de Defesa do Consumidor. Há, ainda, as iniciativas de reestruturação da organização judiciária, como a criação de novos juizados e tribunais, o aumento do número de magistrados e o reaparelhamento do Poder Judiciário.⁷²

Na vertente extrajudicial, os esforços são no sentido de revitalizar os equivalentes jurisdicionais, especialmente a auto e a hetero composição, tendo em vista evitar o processo. Esta iniciativa, denominada *deformalização das controvérsias*, tem por fundamento um conceito abrangente de política judiciária. Surgem, assim, organismos de mediação, mais ou menos institucionalizados, como os órgãos do Ministério Público, das Defensorias Públicas, das Promotorias do Consumidor, dos Conselhos e Juizados de Conciliação, a Justiça de Paz da Constituição de 1988 e os Juizados de Pequenas Causas.

A crise institucional do Poder Judiciário, diz Grinover, surgiu no delicado jogo de equilíbrio entre os Poderes, com a transformação, pela Constituição de 1988, do Judiciário em mediador das crises políticas entre os outros dois poderes. Neste sentido, a crise institucional do Poder Judiciário decorre da própria crise do princípio clássico da separação dos Poderes, com a transformação de sua função mediante a assunção de novos poderes de índole política.⁷³

Grinover faz menção, ainda, à crise de mentalidade dos juízes, reflexo do esquema burocrático e verticalizado da magistratura, da falta de controles

⁷² Cf. GRINOVER, Ada Pellegrini. Op. cit., p. 20.

⁷³ Cf. GRINOVER, Ada Pellegrini. Op. cit., p. 22.

externos, do método de recrutamento dos juizes, da falta de aperfeiçoamento, do corporativismo e do distanciamento que os julgadores mantêm da realidade social. Estas são, segundo a autora, as razões pelas quais poucos magistrados têm sabido dar as respostas necessárias aos conflitos diversos dos tradicionais, que precisam ser solucionados através de instrumentos processuais recém esboçados pela Constituição de 1988 e por novas leis, caracterizadores de uma ordem jurídica inovadora que passa a demandar do juiz a postura de árbitro em controvérsias de dimensões sociais e políticas.⁷⁴

De fato, a maioria dos juizes brasileiros não está preparada técnica e politicamente para fazer uso dos instrumentos processuais introduzidos recentemente na ordem jurídica e para responder às novas demandas judiciais resultantes de conflitos coletivos de direito. Regidos pelo dogma do positivismo jurídico, “neutralizados” pela doutrina da tripartição dos poderes do Estado e fazendo uso de instrumentos processuais arcaicos, os magistrados não vêm assumindo as funções que institucionalmente lhes são atribuídas, conforme restará demonstrado no estudo de caso constante da última parte deste trabalho.

No próximo capítulo analisaremos a legislação brasileira sobre a posse e a propriedade da terra, procurando evidenciar os fundamentos da doutrina jurídica sobre a terra hoje dominante entre os magistrados do Oeste catarinense.

⁷⁴ Cf. GRINOVER, Ada Pellegrini. Op. cit., p 22-25.

3 - DISCIPLINA JURÍDICA DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL

Neste capítulo abordaremos os fundamentos da doutrina jurídica dominante no Brasil sobre a posse e a propriedade da terra, para posteriormente averiguarmos a predominância desta doutrina no julgamento de conflitos agrários em uma comarca do Oeste catarinense.

Focalizaremos, inicialmente, as circunstâncias históricas e econômicas que condicionaram a disciplina jurídica da terra, no Brasil, durante a transição do regime de propriedade estatal ao regime de propriedade privada. Um importante marco nesta transição foi a edição da Lei de Terras, de 1850, que estabeleceu, no tocante à propriedade fundiária, as diretrizes adotadas pelo Código Civil de 1916. Em seguida abordaremos a legislação brasileira em vigor sobre o direito de propriedade, a partir do enfoque do Direito Civil, inspirado na ideologia liberal-individualista, e depois na perspectiva do Direito Agrário, que adota como fundamento o princípio da função social da propriedade.

A disciplina jurídica da propriedade da terra no Brasil encontra tratamentos absolutamente distintos conforme recorramos, por um lado, ao Código Civil brasileiro e à doutrina civilista e por outro à legislação agrária e à doutrina dos

agraristas. Tamanha é a distância entre uma e outra abordagem, que poderíamos dizer, como o fez José Afonso da Silva, que existem “tipos distintos” de propriedade: aquela disciplinada pelo Direito Civil e aquela disciplinada pelo Direito Agrário.⁷⁵

Encontramos na obra do economista Roberto Smith importante contribuição para o estudo da formação do direito de propriedade no Brasil⁷⁶. O autor investigou o processo de transição para o capitalismo no Brasil, demonstrando que o aparecimento da propriedade mercantil da terra agiu como um dos pressupostos para a mercantilização da força de trabalho, expressão mais cabal da existência do capitalismo.

Smith questiona *como* se chegou à moderna propriedade fundiária no Brasil, ou seja, como a terra se torna mercadoria que se compra e se vende, segundo as regras de mercado, que tem preço e serve de garantia de dívidas, constituindo-se em substrato à aplicação do capital e num elemento destinado a dominar a força de trabalho para o capital.

A moderna propriedade fundiária corresponde à superação da propriedade arcaica ou feudal, que se encontrava estruturada numa relação de direitos e obrigações envolvendo honra, lealdade e força. As características da mercantilização da terra são os dados de que a mesma passa a ter preço, enquanto renda capitalizada, e de que se torna acessível pela via do mercado.

No final do século XVIII, diversos fatores conduziram a uma revisão da concepção colonialista vigente na Europa. Politicamente, tiveram influência a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, as rebeliões de

⁷⁵ Cf. SILVA José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990, p. 239.

⁷⁶ SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição: Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

escravos nas Antilhas e no Caribe, e a disseminação das idéias de igualitarismo. Os altos custos da independência dos EUA aliados à emergência do imperialismo econômico, que dispensa o domínio político das colônias para subordiná-las economicamente, desencadeiam um movimento anticolonialista na Inglaterra. Economicamente, a Revolução Industrial afetou a estrutura colonial, sufocando o mercantilismo e, com ele, o seu modo de produzir específico: o escravismo.⁷⁷

Em resposta à tendência anticolonialista, surge na Inglaterra o neocolonialismo dos economistas Torrens e Wakefield. O pensamento neocolonialista a respeito da emigração, da exportação de capitais e da ação do Estado na formação do trabalho assalariado nas colônias, rompe com a corrente de pensamento dominante na Inglaterra e torna-se o cerne da teoria da *colonização sistemática*, que viria a influenciar decisivamente o Conselho de Estado do Segundo Império brasileiro na elaboração da Lei de Terras, que instituiu a propriedade privada da terra como uma alternativa para a substituição do trabalho escravo⁷⁸.

A Lei de Terras, marco relevante que assinala a transformação da condição jurídica da propriedade no Brasil, e a lei que extinguiu o tráfico de escravos foram promulgadas em espaço de tempo de apenas duas semanas entre uma e outra, pois eram dispositivos complementares, impostos a partir do Conselho de Estado, e indicavam o fim do escravismo.⁷⁹

Após a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, desenrolou-se amplo processo de distribuição de terras, em glebas denominadas “sesmarias”, tanto em razão de favorecimentos aos apaniguados do poder real como por exigência do surto de exportação.

⁷⁷ Cf. SMITH, Roberto. Op. cit., p. 22 e segs.

⁷⁸ A Lei de Terras, Projeto nº 94, encaminhado ao Legislativo em 1843, foi promulgada no início do Segundo Império, em 1850.

⁷⁹ Cf. SMITH, Roberto. Op. cit., p. 23.

Em 1822 a concessão de sesmarias foi suspensa, seguindo-se um período marcado pela não-intervenção do Estado no ordenamento legal da apropriação de terras que possibilitou um regime de franco apossamento.

A disciplina da apropriação se deu, então, pela Lei de Terras, cuja elaboração sofreu a influência do pensamento neocolonialista de origem inglesa, especialmente pelas proposições do economista Wakefield.

3.1 - Colonização sistemática: uma estratégia para a América no século XIX

Para entendermos as circunstâncias sócio-econômicas do ciclo neocolonialista ocorrido na América no século XIX, é necessário termos presente a concepção econômica vigente na Europa do início daquele século. Predominava então o pensamento anticolonialista, que encontrava justificativas nos custos causados pelas guerras, repressão e protecionismo nas colônias e também no argumento de que não era necessário governar um território para tê-lo como mercado consumidor ou para garantir a aquisição de seus produtos com preços baixos, o que a concorrência internacional poderia perfeitamente assegurar. Tal sentimento anticolonialista dominou nos anos trinta, mas começou a ser revertido na década de quarenta.

Em decorrência do abalo no sistema colonial e frente à idéia de crise da acumulação capitalista na Europa, apontada pela economia política clássica, o neocolonialismo consistiu numa “missão civilizadora” com dupla perspectiva: a

da estruturação de uma ordem universal burguesa e a de sua preservação, admitida a crise.

Os economistas Torrens (1780-1864) e Wakefield (1796-1862) buscaram contrapor-se ao sentimento anticolonialista vigente na Inglaterra. Em 1830, contribuíram para a organização da “*Colonization Society*”, que tinha o objetivo de substituir a prática da mera emigração pela “*colonização sistemática*”. O cerne do debate de então, conforme observa Roberto Smith, foi o da trajetória fundante do capitalismo em escala mundial, tendo em vista a contradição que terras livres significavam para as relações de assalariamento e os limites impostos pela perspectiva da crise do capitalismo na Europa. Neste sentido, o pensamento de Wakefield situa-se de forma precursora dentro da lógica em que se estrutura o imperialismo. O economista inglês apontava como interesses da Europa na neocolonização, primeiro, a extensão de mercado para a colocação de sua própria produção excedente; segundo, o alívio do número excessivo de habitantes; e, terceiro, a ampliação do campo de emprego do capital.⁸⁰

A análise que Wakefield fez da neocolonização, segundo Smith, teve por base a existência de excesso de capital na economia inglesa e os grandes contingentes populacionais, num panorama de crise que se instaurou a partir das guerras napoleônicas. A alternativa para a crise social na Inglaterra era o processo de “*colonização sistemática*”, o qual implicava em entender que a expansão colonial passava a requerer instrumentos próprios de análise, uma vez que o capitalismo encontrava-se em uma fase em que avançava sobre novas fronteiras, impondo as condições para a valorização do capital, mudando e destruindo outras formas de produção e existência social e criando um mundo à sua imagem.⁸¹

⁸⁰ Cf. SMITH, Roberto. Op cit., p. 249.

⁸¹ SMITH, Roberto. Op. cit., p. 261.

A reflexão teórica de Wakefield, segundo o entendimento de Smith, se reveste de um conteúdo pragmático, que tem por objetivo implantar um certo tipo de propriedade nos espaços coloniais: a moderna propriedade da terra. A “*colonização sistemática*” seria o caminho para a expansão do capitalismo nos espaços coloniais.

A expansão do capitalismo nas colônias encontrava-se condicionada, em princípio, por dois fatores: o estabelecimento da grande propriedade e do trabalho assalariado. Assim, o problema a ser resolvido era como evitar a dispersão da força de trabalho no território, em pequenas propriedades. Para tanto, o trabalho assalariado nas colônias deveria ser uma necessidade, pela eliminação de alternativas. A “*colonização sistemática*” deveria substituir a colonização espontânea, enquadrando o trabalhador livre num contexto social onde o assalariamento se impusesse enquanto forma genérica das relações sociais, impedindo a formação do campesinato nos novos territórios.

Para que as finalidades da colonização sistemática fossem atingidas, havia a necessidade da intervenção do Estado, através da suspensão das doações de terras, as quais passariam a ser vendidas. O resultado da venda deveria gerar um “fundo de imigração” destinado a custear a transferência de colonos sem condições de adquirir terras, que iriam submeter-se a trabalhar em troca de salários para poderem comprar as terras.

A fixação do preço da terra, segundo a teoria de Wakefield, exposta por Smith, tinha por objetivo impedir que os trabalhadores se tornassem proprietários da terra de imediato. Aquilo que Wakefield denominou “preço suficiente” era determinado por fatores relacionados com o tempo que levaria o trabalhador para

tornar-se proprietário, quer dizer, dependia da duração da necessidade do emprego de sua força de trabalho para o vendedor da terra.⁸²

A resistência dos liberais à neocolonização caiu por terra na década de quarenta do século XIX. A teoria da “colonização sistemática” de Wakefield representou a alternativa para evitar a crise decorrente do excesso de capital e população na Inglaterra, e passou a merecer a aprovação de economistas como Bentham e Stuart Mill. Essa teoria inspirou, no Brasil, a edição da Lei de Terras de 1850, que introduziu o regime de propriedade privada da terra na ordem jurídica. A este processo o economista Roberto Smith se reporta como a “mercantilização da terra”.

A partir da instituição da propriedade privada da terra no Brasil, a teoria jurídica somente poderia soar no mesmo diapasão dominante na Europa, onde os códigos estabeleciam a inviolabilidade do direito de propriedade, como uma forma de assegurar a certeza nas relações sociais, sob o domínio da ideologia liberal-individualista e do sistema econômico capitalista.

3.2 - A disciplina jurídica da terra no Brasil-Colônia

Antes mesmo do descobrimento do Brasil, em 1494, Portugal e Espanha firmavam a “*Capitulação da República do Mar Oceano*”, na qual estabeleciam a disposição jurídica das “terras abertas”. Através deste tratado internacional, que ficou conhecido como “*Tratado de Tordesilhas*”, os dois países dividiram entre si as terras que sabiam existir no Ocidente. Ao tomar posse da nova terra em

⁸² Cf. SMITH, Roberto. Op. cit., p. 268.

nome do Rei de Portugal, na chegada ao Brasil, Pedro Álvares Cabral ratificou o domínio português que já se havia estabelecido e firmado.

O Rei de Portugal tinha sobre as terras brasileiras os poderes de administração religiosa, de domínio iminente e de disponibilidade do patrimônio público, na qualidade de gestor da coisa pública. As doações de terras a particulares tiveram início através do regime de sesmarias e tinham a finalidade de colonizar a nova terra, assegurando, desta maneira, a sua integração ao domínio luso. Aos sesmeiros, contudo, não se transferia a propriedade da terra, mas apenas os poderes de mando e jurisdição, que eram exercidos em nome da Coroa portuguesa.

O agrarista L. Lima Stefanini qualifica de “*sui generis*” o regime fundiário das sesmarias aplicado pela Coroa portuguesa no Brasil⁸³. Esse regime em nada se assemelhava ao sistema fundiário - descrito no próximo parágrafo - imposto em Portugal no reinado de D. Fernando I (1367-1383), período histórico marcado pelos abalos das três guerras contra Castela, pelas lutas intestinas entre nobres proprietários e camponeses e pelas revoltas populares. Os gastos bélicos afetavam fortemente a economia. A escassez de trabalho gerava massas de desempregados. No campo, as áreas cultivadas eram abandonadas ou dizimadas pelas ações beligerantes, o que gerava grande êxodo campesino e crise no abastecimento de gêneros alimentícios.

Os conselheiros do reino entendiam que a crise na economia devia-se ao desleixo dos proprietários, que deixavam o solo inculto. A Lei de Sesmarias, datada de 1375, obrigava a prática da lavoura e da sementeira aos proprietários, arrendatários, foreiros e a todos aqueles que detinham algum direito sobre áreas agricultáveis. Eles tinham de acudir o interesse social na meta do abastecimento

⁸³ Cf. STEFANINI, L. Lima. *A propriedade no direito agrário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

dos produtos carentes, sob pena de não o fazendo terem as terras confiscadas e redistribuídas a colonos sem terras. A terra concedida ao lavrador ficava sujeita ao pagamento de uma renda ou pensão ao detentor do domínio, o que representava o reconhecimento da intangibilidade da situação dominial do proprietário.

A aplicação desse sistema em Portugal foi satisfatoriamente comportada pela estrutura fundiária, resultando conseqüências benéficas à economia rural.

O regime fundiário das sesmarias aplicado no Brasil apresentou muitas diferenças em relação ao praticado em Portugal. A metrópole possuía grande população rural e poucas áreas agricultáveis, enquanto que na colônia a situação era inversa: um território incomensurável e população escassa. Por outro lado, a doação de sesmarias no Brasil tinha por objetivo a colonização do território, enquanto que em Portugal o intuito era combater a propriedade não cultivada e a situação famélica da população, incrementando o abastecimento de produtos alimentícios.

Em 1795 teve lugar a primeira medida que visava regular de forma global a questão da propriedade no Brasil, através do Alvará de 5 de outubro, que suspendeu as doações de terras e provocou violenta reação contrária à sua execução. A medida deixou de ser aplicada após um ano de sua edição.

O regime de Sesmarias brasileiro sofreu um longo processo de desagregação e foi formalmente extinto em 1822. Cessada a concessão de sesmarias, a Constituição de 1824 silenciou sobre o assunto da disciplina fundiária. No período compreendido entre 1822 e 1850 ocorreu um amplo apossamento de terras que resultou na formação de latifúndios.

Nas negociações estabelecidas com a Inglaterra, em função do apelo à independência, o Conselho de Estado brasileiro discutia relações comerciais e

medidas protecionistas, a extinção do tráfico de escravos e a substituição do trabalho escravo pela colonização estrangeira. As medidas iniciais que tiveram por objetivo regulamentar a questão da propriedade fundiária no país foram tomadas a partir de 1842, através dos Avisos de 6 de junho e 8 de julho, que formalizaram a solicitação do Imperador ao Conselho do Estado em matéria legislativa a respeito de sesmarias e colonização.

Durante o trâmite da solicitação foi encaminhado à Seção do Império do Conselho de Estado o anteprojeto de autoria de Bernardo de Vasconcelos e José Cesário de Miranda Ribeiro. O anteprojeto deixava perceber que os seus autores foram inspirados pelas contribuições de Torrens e Wakefield, como se vê na seguinte passagem, transcrita por Roberto Smith:

*“Um dos benefícios da providência que a Seção tem a honra de propor a Vossa Majestade Imperial é tornar mais custosa a aquisição de terras... Como a profusão em datas de terras tem, mais que outras cousas, contribuído para a dificuldade que hoje se sente em obter trabalhadores livres é seu parecer d’ora em diante sejam as terras vendidas sem exceção alguma. Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se, conseqüentemente, a sua aquisição, é de se esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietário”.*⁸⁴

Deste anteprojeto resultou o Projeto nº 94, intitulado Lei de Terras e Colonização, apresentado à Câmara dos Deputados em 10 de junho de 1843 e aprovado com modificações em outubro do mesmo ano. Encaminhado ao Senado, o Projeto somente veio a tornar-se lei em 1850, sob a denominação de Lei de Terras.

⁸⁴ Cf. SMITH, Roberto. Op. cit., p. 306.

A Lei nº 601, ou Lei de Terras, editada em 18.9.1850, passou a proibir a aquisição de terras devolutas, a não ser pela compra; especificou o que são terras devolutas; estabeleceu reservas específicas para colonização de indígenas, povoações, estradas e servidões, estabelecimentos públicos e construção naval. Determinou que o Governo passaria a medir e demarcar as terras devolutas, separando o domínio público do particular. Em relação à legitimação da propriedade, a Lei de Terras revalidou as sesmarias em comisso, cultivadas ou com princípio de cultura e morada habitual do sesmeiro, concessionário ou representante; legitimou as posses mansas e pacíficas, ocupadas ou adquiridas do primeiro ocupante, uma vez que cultivadas ou com princípio de cultura; obrigou os posseiros a obterem títulos de suas terras, pagando direitos de chancelaria e criou o registro de terras, impondo o registro aos proprietários. O Governo passou a cobrar taxa de chancelaria para a expedição de títulos de regularização das áreas.

A Lei de Terras determinou que as terras devolutas fossem vendidas em regime de hasta pública, salvo situações excepcionais. O preço mínimo seria estipulado segundo a qualidade e situação do lote e a receita dos direitos de chancelaria e da venda deveriam ser aplicados na medição de terras devolutas e na transferência de colonos livres para o Brasil. Tal lei autorizava gastos do Tesouro para trazer imigrantes para serem empregados em estabelecimentos agrícolas, no serviço público ou, ainda, na formação de colônias. Autorizava também a criação de uma repartição geral das terras públicas, para demarcar terras devolutas e promover a colonização nacional e estrangeira.

Roberto Smith ressalta que a regularização das terras no Brasil não consistiu num projeto de povoamento, mas de transformação das relações de trabalho. A edição da Lei de Terras se filiou ao projeto neocolonialista europeu, projeto que substituiu a dominação política pela dominação econômica, nova

lógica do capitalismo internacional. A partir de então, no Brasil, a terra se tornou mais um bem disponível no mercado.

O Código Civil Brasileiro, editado em 1916, absorveu a disciplina jurídica da terra fixada pela Lei de Terras, consolidando o primado da propriedade privada.

3.3 - A propriedade da terra na perspectiva do Direito Civil brasileiro

A disciplina jurídica da propriedade fundiária encontra-se hoje fixada, basicamente, no Código Civil Brasileiro (Lei nº 3.071, de 01.01.1916), na Constituição Federal de 1988 e na legislação agrária. Para facilitar a análise desta legislação faremos, preliminarmente, a distinção entre o Direito Civil de propriedade e o Direito Agrário.

Entendemos o direito de propriedade, na perspectiva civilística, como o conjunto das normas disciplinadoras das relações dos proprietários entre si e destes com os não proprietários, no âmbito do direito privado, onde predominam os interesses individuais.

O Direito Agrário, por sua vez, é composto pelo sistema de princípios e disposições constitucionais e pela legislação infra-constitucional que traçam as bases da política agrícola e fundiária do país, determinando o modelo de desenvolvimento econômico e das atividades produtivas no campo, bem como as relações entre capital e trabalho no campo.

Identificamos uma nítida distinção, no ordenamento jurídico brasileiro, entre a maneira de conceber a propriedade fundiária própria do Direito Civil e o tratamento dispensado à mesma pelo Direito Agrário. Essas duas ordens normativas não se encontram submetidas aos mesmos princípios conformadores, muito embora atendam, por vezes, aos mesmos interesses políticos e econômicos.

O Código Civil Brasileiro introduziu, tanto nas relações jurídicas privadas quanto nas de interesse público, os conceitos de liberdade e igualdade, segundo os princípios firmados pela Revolução Francesa de 1789. Esta influência manifestou-se sobretudo no campo do Direito das Coisas, através do conceito de propriedade. Também na área do Direito Obrigacional é perceptível a influência de tais princípios, nos postulados da autonomia da vontade e da liberdade de contratar, que fizeram com que contratos agrários como a parceria e o arrendamento fossem regulados em poucos artigos, deixando a matéria restante para ser pactuada pelas partes e submetendo, graças à disparidade do poder econômico, o agricultor aos interesses do proprietário.

A Lei Civil não considerou os importantes aspectos de natureza sócio-econômica que envolvem a atividade agrária e tampouco o fato de serem os bens imóveis rurais não somente bens patrimoniais, mas precipuamente um dos fatores de produção que atendem ao interesse público de fornecimento dos gêneros alimentícios à população, da matéria-prima para o setor industrial e da geração de excedentes exportáveis, que são significativos na balança comercial do país. Quando da edição do Código Civil, a sociedade ocidental já sofria os efeitos funestos da revolução industrial, do capitalismo e da concentração da riqueza e da propriedade, de maneira que os problemas econômicos e sociais relacionados à questão agrária já vinham sendo discutidos no mundo. Contudo, o

legislador civil não se ateve a essas questões e o novo estatuto legal constituiu-se em instrumento da marginalização sócio-econômica do agricultor.⁸⁵

O Código Civil Brasileiro não apresenta uma definição de *propriedade*. Limita-se a assegurar ao proprietário os direitos de usar, gozar e dispor de seus bens, assim como de reavê-los do poder de quem injustamente os detenha. Disciplina ainda as formas de aquisição e perda da propriedade, os direitos reais sobre coisas alheias e dispõe sobre os direitos de vizinhança. Ou seja, o Direito Civil brasileiro, no que tange ao Direito das Coisas, é o direito *do proprietário*, disciplinando suas relações com os *outros proprietários* e com os *não-proprietários*. Esse direito não atende ao princípio da função social da propriedade e tampouco ao chamado *interesse social*. Os únicos limites ao direito do proprietário, constantes deste diploma legal, são o interesse e a utilidade públicos, que autorizam em alguns casos e mediante indenização a desapropriação dos bens imóveis.

Embora pareça, à primeira vista, que a segurança da ordem jurídica encontra-se voltada para a proteção da posse, ela se destina, em verdade, à defesa da propriedade. A defesa da posse é a maneira imediata de preservar a propriedade nas situações em que esta possa vir a ser ameaçada. Neste sentido, pondera Maria Helena Diniz:

“O possuidor tem o poder de invocar os interditos possessórios, ou seja, de propor ações possessórias, quando for ameaçado, molestado ou esbulhado em sua posse, para repelir tais agressões e continuar na posse (CC, art. 499). Para Jhering, três são os fundamentos desses interditos: a) a proteção da posse por ser ela a exteriorização do domínio; b) proteção da posse por meio de ações especiais para facilitar a defesa da

⁸⁵ Cf. ROCHA, Olavo Acyr de Lima. *A desapropriação no direito agrário*. São Paulo: Atlas, 1990. p. 42.

propriedade, dispensando o proprietário de ter de provar o seu direito em cada caso; c) a proteção da posse, concebida desse modo, favorece ao não proprietário, porém trata-se de um inconveniente inevitável, não se podendo abrir mão dele ante as muitas vantagens resultantes da instituição excepcional, pois o normal é estar a posse a serviço do legítimo proprietário. Logo, protege-se a posse e, por via oblíqua, a propriedade".⁸⁶

A partir da análise do Código Civil e da doutrina civilística brasileira, fortemente amparada no pensamento de Jhering, é possível concluir que o valor jurídico da posse é mensurado em razão de seu significado para a configuração das situações jurídicas que caracterizam a propriedade.

Segundo Luiz Edson Fachin, a noção de que a posse é mera exteriorização da propriedade tem trânsito livre na ciência jurídica moderna, admitindo-se apenas excepcionalmente a figura do possuidor não proprietário. Essa visão a respeito do fenômeno possessório vem sendo superada pela realidade, embora ainda não haja disto o reconhecimento. Vinculada à propriedade a posse é um fato com algum valor jurídico. Porém, como conceito autônomo ela pode ser concebida como um direito. Ou seja:

"À medida em que a posse qualificada instaura nova situação jurídica, observa-se que a posse, portanto, não é somente o conteúdo do direito de propriedade, mas sim, e principalmente, sua causa e sua necessidade. Causa porque é sua força geradora. Necessidade porque exige sua manutenção sob pena de recair sobre aquele bem a força aquisitiva. Como se vê, vislumbra-se um patamar diferenciado de tratamento entre o instituto da posse e a propriedade, tomando relevo a questão na usucapião,

⁸⁶ DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 63 e 64.

particularmente aquela incidente em imóvel rural onde se evidencia, com maior clareza, a função social da posse".⁸⁷

A legislação brasileira coloca a posse a serviço da propriedade. Assim, por exemplo, define a posse como sendo de "boa fé" ou de "má fé" conforme esteja associada, ou não, ao reconhecimento e respeito à propriedade de outrem. Possuir indevidamente, no texto legal, significa tomar o bem sem respeitar as formas de aquisição da propriedade nele disciplinadas. Notadamente um critério que leva em consideração somente as relações entre os sujeitos no plano individual, e não as justificativas e necessidades de ordem social.

Para assegurar ao proprietário o pleno exercício dos direitos sobre seus bens, o Código Civil lança mão dos *interditos possessórios*, disciplinados no Código de Processo Civil, que se destinam a dar proteção ao uso, gozo e disposição da propriedade.

A Lei Civil estabelece que a propriedade é plena quando todos os seus requisitos elementares se acham reunidos no direito do proprietário, caracterizando, então, o domínio. É limitada quanto sobre ela incide ônus real ou quando é resolúvel. Quanto ao domínio, existe a presunção legal de que ele é exclusivo e ilimitado.

Conforme o Código Civil Brasileiro a propriedade imóvel pode ser adquirida pela transcrição do título correspondente no registro imobiliário, pela acessão e pela usucapião. Obedecendo ao princípio da segurança das relações jurídicas, o Direito das Coisas busca permanentemente caracterizar a situação jurídica do bem imóvel, o que faz, principalmente, através da identificação do proprietário.

⁸⁷ FACHIN, Luiz Edson. *A função social da posse e a propriedade contemporânea*. Porto Alegre: Fabris, 1988. p. 13.

Não existe qualquer referência, no estatuto civil, à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. A questão da justa distribuição da terra para o trabalho, tendo em vista o cumprimento da função social da propriedade, não fez parte do universo de preocupações do legislador de 1916, embora, como antes referido, a questão agrária já estivesse sendo discutida no mundo como um problema social a ser resolvido.

3.4 - A propriedade da terra no Direito Agrário

A referência aos fundamentos do Direito Agrário é bastante recente na história constitucional do Brasil. As primeiras Constituições brasileiras trataram de garantir o direito de propriedade privada, pressuposto do sistema econômico capitalista e baluarte da ideologia liberal-individualista dominante.

A primeira Carta Magna brasileira, a Constituição Política do Império do Brasil, de 1824, assimilou a influência das idéias da Revolução Francesa, considerando o direito de propriedade um direito absoluto que somente cede diante do interesse público, garantindo ao cidadão a indenização prévia pela perda da propriedade.

A Constituição Republicana de 1891 não discrepou da anterior, assegurando a brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito de propriedade.

A Carta Constitucional de 1934 foi concebida em novo contexto histórico, já influenciado pelas idéias que opunham limitações ao liberalismo exacerbado do

século XIX. Emergiam as chamadas questões sociais e o Estado teve que assumir novo posicionamento no que concerne aos conceitos de liberdade e propriedade. Conforme Olavo Acyr de Lima Rocha,

*“Nessa tarefa mediadora entre o individualismo egoístico e as aspirações dos assalariados em luta pelo reconhecimento de seus direitos contra a opressão econômica resultante do novo contexto, (o Estado) teve que opor limitações à liberdade e, por consequência, à propriedade. Impunha-se conciliar os direitos individuais com a ordem política. O atributo dado à faculdade de possuir pela Revolução Francesa, de poder absoluto sobre a coisa, teve de ceder em face das considerações do interesse público, acrescido do interesse social.”*⁸⁸

Assim, a Carta Constitucional assegurou a inviolabilidade do direito de propriedade, acrescentando que este não poderia ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei viesse a determinar.

A Constituição de 1934 introduziu, ainda, no direito brasileiro, a figura da “usucapião pro labore” ou “especial”, conhecido como “usucapião constitucional”. Desta maneira, todo brasileiro não proprietário rural que viesse a ocupar por dez anos contínuos, sem oposição ou reconhecimento do domínio alheio, área de terra de até dez hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho e tendo nela a sua morada, adquirir-lhe-ia o domínio mediante sentença declaratória.

A Constituição do “Estado Novo”, de 1937, continuou garantindo o direito de propriedade e remeteu a limitação deste direito à lei ordinária. Tal Constituição consagrou, pela primeira vez, o trabalho como função social, possibilitando o posterior aparecimento da legislação trabalhista urbana e rural.

⁸⁸ ROCHA, Olavo Acyr de Lima. Op. cit., p. 33.

A Carta Magna de 1946 fixou como limites ao direito de propriedade a necessidade ou utilidade pública e o interesse social. Estabeleceu que o uso da propriedade deveria estar condicionado ao bem-estar social e que a lei poderia promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.

A Emenda Constitucional nº 10, de 10/11/64, introduziu naquela Constituição a competência da União para legislar sobre Direito Agrário. As modificações possibilitaram a edição da Lei nº 4.504, de 30/11/64, conhecida como o “Estatuto da Terra”.

A Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, defenderam a garantia à inviolabilidade do direito de propriedade, ressalvada a hipótese de desapropriação.

Embora a existência de códigos rurais na América venha desde meados do século XIX, o Brasil nunca teve um Código Agrário. O país passou a contar com uma Lei Agrária a partir de 30 de novembro de 1964, a qual regulamentou o processo de distribuição de terras.

Na exposição de motivos que encaminhou ao Congresso Nacional o projeto da Lei nº 4.504, o Presidente da República considerou que o “Estatuto da Terra” se incluía entre os principais projetos de lei já submetidos ao Legislativo. Com essa providência destacava-se a prioridade dada pelo Executivo à solução do problema agrário, regulamentando, após vinte anos de vigência da Constituição de 1946, o imperativo de “promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos” e honrando os compromissos internacionais assumidos na “Carta de Punta del Este” (1961), a qual, em seu Título Primeiro, dispunha que as Repúblicas Americanas procurariam, entre outros objetivos a serem atingidos naquela década:

*“Impulsionar, respeitadas as peculiaridades de cada país, programas de reforma agrária integral, encaminhada à efetiva transformação onde for necessária a modificação das estruturas dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndios por um sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização dos seus produtos, a terra se constitua para o homem que a trabalha, em base da sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade”*⁸⁹.

A referida Exposição de Motivos dizia que a necessidade de se dar à terra uma nova regulamentação, modificando-se a estrutura agrária do país, devia-se aos anseios de reforma e justiça social de legiões de assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes e posseiros que não vislumbravam nas condições vigentes no meio rural qualquer perspectiva de se tornarem proprietários da terra que cultivavam.

Assim, a Lei nº 4.504/64 destinou-se a regular os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais no país, para fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola do governo. Tal lei definiu, no artigo 1º, a reforma agrária como *“o conjunto de medidas que visam a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”*.

A política agrícola, por sua vez, foi definida, ainda no artigo 1º do Estatuto da Terra, como *“o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades*

⁸⁹ Exposição de Motivos da Lei nº 4.504/64, *apud* ROCHA, Olavo Acyr de Lima, op. cit., p. 46.

agropecuárias, no sentido de garantir-lhes o pleno emprego e de harmonizá-las com o processo de industrialização do País”.

O Estatuto da Terra assegurou formalmente a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionando-a à função social. Conforme a definição legal, a propriedade atenderia à sua função social quando: *a)* favorecesse o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutavam, assim como suas famílias; *b)* mantivesse níveis satisfatórios de produtividade; *c)* assegurasse a conservação dos recursos naturais, e *d)* observasse as disposições legais que regulavam as relações de trabalho.

A mais importante medida para garantir a distribuição ou redistribuição de terras, na sistemática do Estatuto da Terra, consiste na desapropriação por interesse social. Esta tinha como principais finalidades condicionar o uso da terra à sua função social, promover a justa distribuição da propriedade e obrigar a exploração racional da terra.

O Estatuto da Terra definiu o imóvel rural, a propriedade familiar, o módulo rural, a empresa rural, o latifúndio e o minifúndio, dentre tantos conceitos não menos importantes que introduziu. Dispôs sobre os contratos agrários, sobre a reforma agrária e sobre a política de desenvolvimento rural. Estabeleceu, ainda, o procedimento da desapropriação por interesse social para fim de reforma agrária. Em cento e vinte e oito artigos, disciplinou de maneira ampla a questão agrária, abrangendo todos os aspectos suscitados no Estatuto.

Os itens geralmente contemplados nas reivindicações da população rural, tais como a reforma agrária, a assistência técnica, a assistência financeira e creditícia, o seguro agrícola e o favorecimento à comercialização dos produtos, foram amplamente garantidos no Estatuto da Terra. No entanto, as iniciativas do Governo Federal de tornar efetiva a lei agrária foram tímidas. A distribuição de terras foi incipiente, a ponto de não caracterizar a tão esperada reforma agrária.

De fato, o poder público não modificou as relações de propriedade no campo, não garantiu o acesso à terra e tampouco as condições de permanência da população rural no seu lugar de origem, razão pela qual o êxodo rural intensificou-se nos anos que se seguiram à edição do Estatuto.

A Constituição Federal de 1988, a seu turno, traçou de maneira bastante detalhada as bases para a disciplina jurídica da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.

A matéria está contida no Capítulo III, Título VII, da Carta Constitucional, que estabelece a competência da União para desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social; obriga à prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, resgatáveis em até vinte anos a partir do segundo ano de sua emissão, com cláusula de preservação do valor real, e obriga a que as benfeitorias úteis e necessárias sejam indenizadas em dinheiro.

A Constituição Federal declara insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedades rurais, desde que o seu proprietário não possua outra, e também a propriedade produtiva.

Nos termos da Constituição, a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios estabelecidos em lei ordinária, os requisitos de: a) aproveitamento racional e adequado; b) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; c) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e d) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

A Carta Magna enuncia que a política agrícola será planejada e executada com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores, trabalhadores rurais, setores de comercialização, armanejamento e transportes, e

levará em conta, especialmente, os instrumentos creditícios e fiscais; os preços compatíveis com os custos de produção; a garantia de comercialização; o incentivo à pesquisa e à tecnologia; a assistência técnica; a extensão rural e a habitação para o trabalhador rural. Determina que o orçamento federal fixe anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, bem como o montante de recursos a ela destinados naquele exercício financeiro, isentando de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária. Torna, ainda, os títulos de domínio ou a concessão de uso inegociáveis pelo prazo de dez anos, pelos beneficiários da distribuição dos imóveis.

A Constituição autoriza a União a propor ação de desapropriação a partir da declaração, por decreto presidencial, do interesse social incidente sobre o imóvel, para fins de reforma agrária. O Congresso constituinte remeteu à lei complementar a tarefa de estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

A Carta Constitucional inovou ao determinar, no capítulo que trata do Poder Judiciário, que os Tribunais de Justiça designem juízes de entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias, para dirimir os conflitos fundiários. Apesar da grande frequência com que ocorrem conflitos desta natureza no Estado de Santa Catarina, ainda não se tem notícia de que o Judiciário estadual tenha levado a efeito o disposto no artigo 126 da Constituição Federal.

Segundo José Afonso da Silva, o conjunto das normas constitucionais sobre a propriedade denota que esta não pode mais ser considerada como um direito individual e nem tampouco como instituição de direito privado. Por esta razão, deveria ser tratada apenas como instituição de ordem econômica. Ou seja, embora prevista entre os direitos individuais, a propriedade não mais poderá ser

considerada um puro direito individual, pois o artigo 170, incisos II e III, da Constituição Federal, inscreve a propriedade privada e a sua função social como princípios da ordem econômica.⁹⁰

A concepção tradicional do direito de propriedade como um modo de imputação de uma coisa a um sujeito manifesta uma visão muito parcial do regime jurídico da propriedade, correspondente à perspectiva civilística. Por esta razão não alcança a complexidade do tema, em que estão implicadas normas de direito público e de direito privado e que pode interessar como *relação* jurídica e como *instituição* jurídica. O caráter absoluto do direito de propriedade, como concebido na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, foi superado desde a aplicação da teoria do abuso de direito, do sistema de limitações negativas e também de imposições positivas, deveres e ônus, até chegar-se à concepção da propriedade como função social.

Essa evolução, contudo, parece não ser percebida pelos juristas brasileiros, privatistas ou publicistas. Estes, segundo José Afonso da Silva:

*“... concebem o regime jurídico da propriedade privada como subordinado ao Direito Civil considerado direito real fundamental. Olvidam regras de Direito Público especialmente o Direito Constitucional, que igualmente disciplinam a propriedade. Confundem o princípio da função social com as limitações de polícia, como consistente apenas no ‘conjunto de condições que se impõe ao direito de propriedade a fim de que seu exercício não prejudique o interesse social’, isto é, mero conjunto de condições limitativas”.*⁹¹

⁹⁰ Cf. SILVA, José Afonso da. Op. cit., 237.

⁹¹ SILVA, José Afonso da. Op. cit., p. 240.

A perspectiva do direito de propriedade dominada pela atmosfera civilística não leva em conta as profundas transformações impostas às relações de propriedade privada, hoje sujeita à disciplina do direito público.

A Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, regulamentou os dispositivos da Constituição de 1988 relativos à reforma agrária e a Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, dispôs sobre o procedimento contraditório especial para o processamento da ação de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. Estas leis encontram-se calcadas no princípio da função social da propriedade, conforme enunciado na Carta Constitucional. Entretanto, conforme a avaliação de procuradores do INCRA e de representantes dos “sem-terra”, as mesmas permitem o protelamento indefinido dos processos de desapropriação, com grandes prejuízos à execução da reforma agrária⁹². Além disto é relevante observar que a legislação agrária vigente no Brasil não disciplina o processamento de **litígios** agrários.

⁹² Diário Catarinense, 1º de out. 1995, p. 40-41.

4 - OS JUÍZES CATARINENSES FACE AOS CONFLITOS AGRÁRIOS DA REGIÃO OESTE

Neste capítulo trataremos da questão agrária na região Oeste de Santa Catarina, abordando alguns dados sócio-econômicos relevantes e a questão específica do processamento judicial dos conflitos agrários.

4.1. Estrutura fundiária da região Oeste de Santa Catarina: aspectos econômicos e sociais relevantes

* A região Oeste de Santa Catarina, que abrange uma área superior a vinte e cinco mil quilômetros quadrados, possui um milhão e cem mil habitantes e é o maior pólo do país na produção de carne e derivados de frangos e suínos, sendo marcada pelo predomínio das pequenas propriedades rurais.

Os recursos naturais disponíveis no Oeste catarinense, aliados às características do processo de colonização desenvolvido na região, contribuíram para a formação de uma economia fortemente baseada na agropecuária.

O engenheiro agrônomo e pesquisador Vilson Testa vem alertando às autoridades regionais que o modelo de desenvolvimento praticado no Oeste de Santa Catarina resulta *não sustentável* e acarreta graves danos ambientais, além do êxodo e empobrecimento da população rural.⁹³ *

O primeiro fator adverso¹ indicado pelo pesquisador é a alta densidade demográfica: na região existem quarenta e três habitantes por quilômetro quadrado, enquanto que a média nacional não atinge dezoito. Considerando que quarenta e nove por cento da população da região encontra-se no meio rural, a alta densidade demográfica implica no desgaste do ambiente por uso excessivo dos recursos naturais (o chamado “conflito de sobreuso”). As fronteiras agrícolas da região encontram-se esgotadas, o que limita a expansão do setor primário da economia.

Outro aspecto pernicioso referido pelo pesquisador é a estrutura fundiária pulverizada. Predominam na região as pequenas propriedades, que não possuem terras aptas para as culturas anuais. Na busca da subsistência, as famílias vêm-se forçadas a explorar as terras acima de sua capacidade de uso (cerca de um terço das culturas anuais provém de terras inaptas).

Ademais, embora seja grande produtora de excedentes agropecuários, a região enfrenta problemas de escoamento, em razão da distância dos grandes centros consumidores. As atuais estruturas de comercialização somente

⁹³ Cf. MIOR, Luiz C. *et alii*. *A construção do desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense*. II Encontro de Cientistas Sociais: Problemática regional. Aportes para o futuro. s.l.; s.ed.; s.d.

oportunizam o escoamento dos produtos das culturas anuais, o que dificulta a prática de uma agricultura mais adequada aos recursos naturais.

Por último, Vilson Testa refere-se à concentração da suinocultura, que ocorre quando algumas unidades aumentam a produtividade pelo incremento da tecnologia. Isto torna impraticável a concorrência e acarreta a diminuição drástica do número de famílias que conseguem extrair sua renda básica daquela atividade.

[Em decorrência dos fatores referidos, Testa estima que num prazo médio de dez anos cerca de metade dos estabelecimentos agrícolas da região não serão capazes de manter a atual produção. Com a queda da renda familiar, grandes contingentes de agricultores, envolvendo um potencial de duzentas mil pessoas, poderão perder as condições de permanência no campo. O resultado disto, segundo o pesquisador, é o êxodo, que incrementa a favelização urbana e mesmo a rural.]

[A situação descrita envolve aspectos sócio-econômicos e ambientais preocupantes que recomendam a intervenção do Estado nas atividades econômicas da agropecuária, agroindústria, setores de comercialização e prestação de serviços relacionados à atividade primária.]

4.2 - Conflitos agrários: o caso do "Acampamento Rancho Estalagem"

[Os conflitos sobre a posse e a propriedade de terras são frequentes na região Oeste de Santa Catarina e ocorrem principalmente a partir das ocupações sistemáticas de terras organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Este movimento faz das ocupações uma estratégia para promover a

reforma agrária no país. Tais ocupações tiveram início em 1980 e intensificaram-se a partir de 1985.

Existem hoje no Estado de Santa Catarina, sete áreas de ocupações irregulares de terras, designadas como “acampamentos”. Somente no município de Abelardo Luz, na região Oeste do Estado, concentram-se três destas áreas.

Conforme a assessoria jurídica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência da região oeste, foram implantados, até o final de 1995, sessenta e três assentamentos no Estado de Santa Catarina, beneficiando cerca de duas mil e trezentas famílias.

Na década de oitenta eram freqüentes os conflitos armados entre os “sem-terras”, os capangas contratados pelos proprietários rurais e a polícia no Oeste catarinense. O MST registrou o assassinato de onze pessoas neste período, entre agricultores, policiais e proprietários⁹⁴.

Atualmente, em Santa Catarina, a violência no campo encontra-se contida, pois os “sem-terra” e os proprietários vêm encaminhando soluções negociadas para os conflitos fundiários, utilizando-se da mediação do poder público - nos três níveis da organização federativa.

Buscando identificar as dificuldades que se apresentam no processamento judicial de conflitos coletivos de direito, analisamos o caso do “Acampamento Rancho Estalagem”, litígio agrário que se prolonga há seis anos na comarca de Abelardo Luz.

⁹⁴ Diário Catarinense. 1º.out.1995, p. 40-41.

A *ação de reintegração de posse*, processada sob nº. 2.587/89, foi ajuizada no dia cinco de setembro de 1989, indicando como pólo passivo “Antonio dos Santos, Estanislau de Tal e dezenas de outras pessoas”⁹⁵.

A área objeto do litígio possui cento e noventa e três hectares e constitui parte da fazenda Santa Rosa, situada no município de Abelardo Luz. Outras áreas da fazenda são também objeto de lides judiciais da mesma natureza.

A área sofreu esbulho na madrugada do dia 04 de setembro de 1989, por mais de duzentas famílias de agricultores. No local, os esbulhadores instalaram barracas de lona plástica para servir-lhes de morada provisória.

A proprietária da terra, peticionou judicialmente a reintegração liminar da posse, com base nos Códigos Civil e de Processo Civil brasileiros, sob a seguinte argumentação:

*“As invasões levadas a cabo pelos ‘sem-terra’ vêm causando - e isso é fora de dúvidas - profundo mal-estar social face a gritante violação do sagrado direito de propriedade. Por fatos de tamanha relevância é que, hodiernamente, os magistrados estão concedendo, inaudita altera parte, a liminar possessória, como por exemplo, vêm procedendo os juízes desta Comarca em situações semelhantes”.*⁹⁶]

Observamos, através do exame de outros autos de ações de reintegração de posse que tramitam naquela comarca, que efetivamente os magistrados vêm concedendo medidas liminares reintegratórias.

⁹⁵ BRASIL. Justiça do Estado de Santa Catarina, Comarca de Abelardo Luz. Proc. cível nº. 2.587/89, fl. 2.

⁹⁶ Cf. Proc. nº. 2587/89 cit., fl. 8

Tendo em vista o grande contingente de pessoas acampadas na área e a notícia de que os “sem-terra” estavam dispostos a resistir ao despejo, a autora da ação sugeriu ao juízo a requisição de reforço policial junto ao Batalhão da Polícia Militar de Chapecó, para garantia do cumprimento da medida judicial e segurança do oficial de justiça.

Ao despachar a petição inicial o juiz ponderou que o caso em análise constituía um problema social de grandes proporções e remeteu a responsabilidade da resolução aos Poderes Executivo e Legislativo, nos seguintes termos:

*“Convém dizer que o problema social não é de alçada do Poder Judiciário, pois este tem a função principal de cumprir a Lei e a aplicação da Justiça dentro dos restritos termos da legislação vigente. Não é de meu conhecimento que compete ou compete ao Judiciário resolver e distribuir terras e nelas assentar famílias. Indiscutível é o argumento de que a miséria deve ser erradicada do Brasil, devendo ser permitida ao homem a oportunidade de trabalho, tanto nas fábricas como nos campos (...). Acredito que nenhum brasileiro está insensível ao problema dos ‘sem-terra’, mas a competência para resolver é do Poder Executivo, pois este possui os meios e ainda estão concentrados em suas mãos os órgãos e funcionários. Logo a seguir deve-se dizer também como competente para a solução o Poder Legislativo, o qual por seus meios dará sua contribuição na edição da legislação específica para o caso. Não é e nem será admissível atribuir ao Poder Judiciário a responsabilidade de quaisquer consequências que poderão advir dos casos como o que ora se analisa”.*⁹⁷

⁹⁷ Cf. Proc. nº. 2587/89 cit., fl. 22.

O magistrado estabeleceu a distinção entre os “aspectos sociais” e os “aspectos jurídicos” da lide. Com este expediente, pretendeu isentar o Poder Judiciário da responsabilidade pela resolução dos problemas sociais, reservando ao mesmo a função de “aplicar as leis”. Desta maneira, desviou-se da complexidade que envolve os temas da interpretação e da aplicação das normas jurídicas, além de retirar da jurisdição a possibilidade de criação do Direito.

Na decisão interlocutória o magistrado adotou como fundamento, para deferir a medida liminar requerida pela autora, os dispositivos legais que resguardam a propriedade privada.

Ao determinar a reintegração judicial da área, o juiz oficiou ao comandante do Segundo Batalhão da Polícia Militar, sediado em Chapecó, para que enviasse força policial a fim de acompanhar o oficial de justiça no cumprimento da medida. A Polícia Militar não cumpriu a ordem judicial, apesar de haver sido oficiada reiteradas vezes e alertada de que o seu não acatamento configuraria crime de desobediência.

A autora da ação, no intento de ver satisfeita a sua pretensão, formulou perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina um pedido de intervenção federal no Estado, sob o argumento de que o Poder Executivo estava deixando de cumprir ordens judiciais.

Em junho de 1990 ocorreu a substituição do magistrado, fato que se repetiria por diversas vezes no curso do processo. O novo magistrado suspendeu a execução da ordem de despejo, sob o argumento de que antes de cumprir a ordem seria razoável ensejar oportunidade para que fossem estabelecidos canais de comunicação entre as partes e o poder público, com vistas a uma solução pacífica do conflito.

Para suspender a ordem, o magistrado argumentou que as normas vigentes relativas à proteção possessória datam de 1916, e que a Lei Civil reportava-se à composição de litígios envolvendo interesses circunscritos, ao passo que, nos dias atuais, o esbulho possessório emerge na forma de invasão organizada, reunindo centenas de pessoas e visando a conquista da terra para o trabalho. O juiz manifestou o entendimento de que a questão agrária é reveladora da omissão dos poderes constituídos. O Judiciário, segundo ele, é chamado para resolver os conflitos tendo em mãos um texto legal que visa a composição de litígios menores e carecendo da resposta da força pública, despreparada técnica e psicologicamente para executar a ordem de reintegração de posse. Determinou, por fim, que os réus fossem citados para contestar a ação e para indicar ao Juízo uma comissão de negociação.

O Ministério Público comunicou à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado que a execução de ordens judiciais vinha sendo suspensa, na comarca de Abelardo Luz, porque o juiz não podia contar com a força policial necessária. A Corregedoria pediu esclarecimentos ao juiz da comarca, através de ofício com grave tom de reprimenda, conforme pode-se observar nas seguintes passagens:

“Vê-se, pelas informações do juiz e cópia de seu despacho, que sua Ex^a. (...) justificou sua impotência com fortes razões de cunho filosófico, mas insubsistentes dentro do nosso ordenamento jurídico.

(...) Suspendeu-lhes (às decisões) a execução para não caracterizar a omissão do dever, que incide na órbita censorial deste Órgão e do Egrégio Conselho Disciplinar da Magistratura, sob o argumento de que expedir mandados e não cumpri-los, por falta de apoio de armas, seria mais prejudicial à imagem da justiça do que simplesmente não expedi-los.

Finalmente, as insólitas iniciativas que tomou (...) extrapolam em muito as funções jurisdicionais e inovam no processo, diminuem a autoridade judicial, põem a justiça à mercê de bandos e de grupos, - já rendida a polícia, nos moldes estreitados no Rio de Janeiro, com os seqüestradores, e há muito praticados na Colômbia dos narcotraficantes".⁹⁸

Os esbulhadores ofereceram contestação à pretensão da autora em 27 de junho de 1990. Ressaltaram o teor do artigo 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, para pedir que o juiz levasse em consideração, no ato de julgar, as circunstâncias sociais que envolviam a lide. Remetendo o julgador à Constituição Federal, invocaram o princípio da função social da propriedade e através dele justificaram a intenção de permanecer na terra ocupada.

Em audiência realizada em 26 de julho de 1990, uma comissão de representantes dos acampados foi ouvida informalmente pelo magistrado - o terceiro a atuar no processo, ficando acordado que seria listada pelos presentes uma pauta de sugestões para a solução negociada do litígio. A partir de então houve o envolvimento do poder público e de várias pessoas da comunidade regional na lide. As negociações entre as partes e o Poder Executivo tiveram início com a participação de mediadores tais como o prefeito, o vigário da paróquia, técnicos do INCRA etc.

Observamos que as medidas adotadas pelo magistrado, tais como ouvir informalmente os acampados e determinar a inspeção judicial no local do esbulho com a participação de membros da comunidade, não corresponderam aos procedimentos disciplinados pelo Código de Processo Civil. Estas medidas foram tomadas, visivelmente, com o objetivo de obter a solução negociada do litígio. A leitura dos autos torna explícita a expectativa dos juízes de que a administração

⁹⁸ Cf. Proc. nº.2587/89 cit., fl. 86.

pública resolvesse a questão dos acampados do “Rancho Estalagem”, sem que fosse necessário sentenciar. Inúmeros ofícios são encaminhados pelo juízo ao Governador do Estado, ao superintendente do INCRA, ao Ministro da Agricultura e outras autoridades, com pedidos de informações sobre as providências tomadas para a solução do caso.

O processo foi finalmente julgado em 18 de março de 1992. O magistrado (o sexto a atuar no processo) adotou o entendimento de que, embora ponderáveis as razões dos réus, *“o Poder Judiciário não deve ser guindado ao papel do Legislador e do Executivo, sob pena de subversão do princípio da legalidade e esboroamento do Estado de Direito”*.⁹⁹

O juiz decidiu pela acolhida do pedido de reintegração de posse em favor da autora, porque se encontravam presentes todos os requisitos contidos no Art. 927 do Código de Processo Civil. Entendendo que o não cumprimento da ordem judicial liminar, pela Polícia Militar, vulnerou o Art. 330 do Código Penal, que tipifica o crime de desobediência, o magistrado determinou a remessa de peças do processo ao Ministério Público para as providências cabíveis.

O pedido de intervenção federal no Estado, formulado pela autora, foi apreciado em 3 de agosto de 1992. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina deu-se por incompetente para a causa e decidiu pela remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, para processamento e julgamento.

Tal como ocorreu com a ordem liminar de reintegração de posse, também a sentença judicial não foi executada. O Procurador do Estado de Santa Catarina justificou o não acatamento, pela Polícia Militar, da ordem judicial alegando que o Governo do Estado encontrava-se em “adiantadas tratativas” com o INCRA, a fim de viabilizar a aquisição de terras para assentar “provisoriamente” os

⁹⁹ Proc. nº. 2587/89 cit., fl. 217.

acampados. Além disto, ponderou que o poder público não dispunha dos meios adequados para executar o despejo, o qual demandava um grande contingente de policiais, com especial treinamento, além de serviços médicos de prontidão e dotação orçamentária para o transporte e alimentação da tropa e dos acampados.

A situação no “Acampamento Rancho Estalagem” permaneceu inalterada até meados de 1995, quando o Governo do Estado comprou a área em litígio, evitando, desta maneira, a intervenção federal em Santa Catarina. O problema social, contudo, não foi resolvido, uma vez que a área não é suficiente para assentar todas as famílias.

O Poder Judiciário não foi capaz de responder satisfatoriamente, ou ao menos eficazmente, à demanda judicial oriunda do conflito agrário no “Acampamento Rancho Estalagem”. O mesmo se passou com vários outros processos que tramitaram na comarca de Abelardo Luz, aos quais tivemos acesso. Este fato nos leva a sustentar que a doutrina jurídica dominante naquele meio jurisdicional não permite a resolução dos conflitos agrários, e que os limites impostos pelo positivismo jurídico à atuação dos magistrados fazem do Poder Judiciário um poder inoperante, em se tratando do processamento de conflitos de natureza coletiva. Estas serão as temáticas abordadas no item seguinte.

4.3 - A insuficiência da doutrina jurídica dominante sobre a posse e propriedade da terra e os limites do Poder Judiciário brasileiro para resolver os conflitos agrários

A investigação a que nos propusemos neste capítulo diz respeito às respostas jurisdicionais dadas aos conflitos agrários ocorrentes na região Oeste de Santa Catarina. Metodologicamente partimos do pressuposto de que o Poder

Judiciário não vinha respondendo satisfatoriamente às demandas judiciais oriundas de conflitos agrários, fundamentando-o nas notícias veiculadas pela imprensa regional e na experiência que vivenciamos enquanto prestávamos assessoria jurídica ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Oeste catarinense, durante os anos de 1989 e 1990.

Através da análise de autos dos processos que dizem respeito a conflitos agrários, observamos que as partes envolvidas nestes conflitos manifestavam com frequência seu descrédito na justiça e desconsideravam, sistematicamente, a hipótese da solução judicial da lide.

O descrédito na resposta do Judiciário evidenciou-se quando constatamos que os proprietários priorizavam o desforço imediato como reação à ocupação da terra, em lugar de recorrer àquele poder em busca de proteção.

Uma vez ocorrida a ocupação, os proprietários só postulam judicialmente a reintegração da posse com o objetivo de demonstrar seu interesse pela terra, de maneira a evitar a caracterização da posse pacífica, pois sabem que somente poderão reaver a terra ou obter a indenização equivalente mediante negociação com os ocupantes e com a intervenção do Poder Executivo.

Os “sem-terra”, por sua vez, há muito perceberam que o espaço da jurisdição não foi feito para receber e processar suas reivindicações. Uma vez que a função do juiz, segundo a ideologia hegemônica no meio jurisdicional, é aplicar o direito vigente, e que a doutrina sobre a posse e a propriedade dominante naquele meio é claramente civilista, os “sem-terra” não podem esperar do Poder Judiciário outra coisa senão a declaração da ilegalidade da ocupação. Mediante esta constatação, os “sem-terra” deixaram de impugnar as demandas judiciais (o processo analisado foi o último a ser contestado), permitindo que estas ocorressem à revelia dos demandados. A orientação da atual coordenação do

MST é de que os “sem-terra” somente devem comparecer em juízo para participar de reuniões de negociação.

Outro dado que evidencia a desconsideração dos “sem-terra” para com a resposta judicial aos conflitos agrários consiste no não acatamento das ordens judiciais. Este não acatamento vem revelando, perante a sociedade, a impotência do poder público, especialmente do Poder Judiciário, frente a tais conflitos.

Diante da obrigatoriedade de prestar a jurisdição, e frente aos limites da lei civil vigente, os magistrados não encontram respostas satisfatórias para os conflitos agrários, nem tampouco o procedimento adequado para administrar as lides. O resultado disto pode ser observado no estudo de caso ora apresentado, que evidencia a ineficácia da jurisdição e a inoperância do poder público para o equacionamento do conflito.

Observamos, na análise do processo relativo ao “Acampamento Rancho Estalagem”, que o Poder Judiciário enfrenta dificuldades no processamento das ações que decorrem de conflitos agrários devido aos aspectos sociais nelas envolvidos. Nestes conflitos encontramos, de um lado, o direito de propriedade como interesse individual, e, de outro, o direito de centenas de famílias à terra para moradia e para trabalho. Os magistrados, exceto um dentre os seis que atuaram no processo, acolheram e resguardaram o primeiro, adotando o argumento simplista de que desta maneira estariam aplicando o Direito vigente.

Com o objetivo de isentar o Poder Judiciário da responsabilidade pela solução do conflito social, os juízes, indistintamente, lançaram mão do recurso de distinguir o que são “questões sociais” e o que são “questões jurídicas”, remetendo as primeiras para a competência dos poderes Executivo e Legislativo e reservando as últimas para si, com o cuidado prévio de transformá-las em meras hipóteses legais depuradas de todos os traços de realidade.

A atuação dos magistrados, dentro e fora do processo - estes estabeleceram inúmeros contatos com autoridades buscando obter a solução do conflito pelas vias administrativas, foi reveladora de um grave despreparo para a função que exercem. O despreparo se revela, principalmente, pelo estreito legalismo das decisões e pelo entendimento que os juízes manifestaram acerca do papel que compete ao Poder Judiciário na administração da Justiça.

Conforme evidenciamos no capítulo em que tratamos da legislação vigente sobre a propriedade da terra, esta já não pode ser interpretada como um direito absoluto, como um interesse individual perante o qual os demais direitos e necessidades sócio-econômicas devem ficar em segundo plano. O princípio da função social da propriedade há muito foi incorporado ao Direito brasileiro e possui a força de mandamento constitucional.

Ao privilegiar a aplicação, no processo, da lei civil datada do início do século, os magistrados comprometeram-se com o mais estreito positivismo legalista, desconsiderando a complexidade dos atos de interpretação e aplicação do direito e negando validade e/ou aplicabilidade à Constituição Federal e à legislação agrária naquilo em que se referem aos interesses sociais incidentes sobre a posse e a propriedade fundiárias.

Por outro lado, os magistrados e a Corregedoria-Geral de Justiça, ao atribuírem ao Poder Judiciário a função de mero aplicador das leis, restringiram, por iniciativa própria, a competência deste poder como administrador da Justiça e o seu significado político como um dos poderes do Estado. De fato, o Poder Judiciário não vem assumindo as funções e as responsabilidades que institucionalmente lhe competem, o que denota despreparo técnico e político, além de um arraigado conservadorismo na interpretação e aplicação do Direito.

Face a estas considerações, parece-nos oportuno ressaltar a potencial capacidade de democratização do Direito e da Justiça que enseja o reconhecimento de um marco teórico pluralista para a cultura jurídica, nos moldes do pluralismo jurídico comunitário-participativo que propõe Antonio Carlos Wolkmer, exposto no primeiro capítulo.

CONCLUSÃO

Na investigação desenvolvida sobre a atuação do Poder Judiciário frente aos conflitos agrários ocorridos na região Oeste de Santa Catarina, analisamos a crise do paradigma teórico positivista vigente na ciência jurídica moderna e constatamos que tal crise se deve, principalmente, à insustentabilidade da doutrina do monismo jurídico num contexto social em que emergem conflitos coletivos de toda ordem.

O Direito Positivo, como resultado da administração burocratizada do poder por uma elite econômica, consagra a proteção dos interesses da classe social hegemônica, relegando à marginalidade os direitos das classes sociais subalternas. Na medida em que os sujeitos excluídos social e economicamente começam a organizar-se em movimentos populares e a reivindicar direitos, inaugurando práticas instituintes de uma nova juridicidade, entram em conflito com a ordem jurídica do Estado.

O pluralismo jurídico de base comunitário-participativa, proposto por Antonio Carlos Wolkmer, se apresenta hoje como um marco teórico capaz de fundamentar uma nova postura doutrinária para a realidade jurídica brasileira. Wolkmer parte do pressuposto de que o Direito de uma sociedade complexa

como a nossa deverá ser fruto de uma atividade descentralizada e antidogmática, que assegure a supremacia dos fundamentos éticos, políticos e sociológicos sobre os critérios técnicos e formais adotados pelo positivismo jurídico. O reconhecimento do pluralismo jurídico, enquanto multiplicidade de manifestações e práticas normativas num mesmo espaço sócio-político, possibilita que as camadas menos favorecidas da sociedade transformem em direitos as suas necessidades existenciais, materiais e culturais.

Consoante a crítica do pluralismo jurídico, a resposta à crise do positivismo há de passar necessariamente pela ruptura com a cultura monista dominante no Direito moderno. O pluralismo jurídico de Wolkmer é projetado como um marco de alteridade para servir de novo paradigma à cultura política e jurídica.

Na caracterização dos atores sociais que vêm constituindo um novo espaço de juridicidade no Brasil, verificamos que os mesmos já não se enquadram nas categorias dos sujeitos de direito da teoria jurídica tradicional, de inspiração liberal-individualista. São sujeitos coletivos de direito, segmentos organizados da sociedade que lutam pela satisfação de necessidades comuns aos seus membros. Esses novos atores sociais, designados pelos cientistas sociais da atualidade como *novos movimentos sociais*, constroem uma prática cotidiana ampliadora do espaço político da sociedade civil, no sentido da conquista da cidadania.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, um destes novos movimentos sociais, é responsável pela organização dos trabalhadores rurais da região Oeste de Santa Catarina em torno do objetivo de lutar pela terra para o trabalho.

Nos conflitos agrários levados ao Judiciário o MST vem representando os “sem-terra” nas negociações com o poder público e com os proprietários das terras ocupadas. Os trabalhadores rurais sem terra, individualmente, não

aparecem como partes naqueles litígios. Na lide não interessa a sua identidade ou qualificação, mas o fato de que fazem parte do movimento, de que possuem uma identidade coletiva. Por esta razão, o reconhecimento do MST como um sujeito coletivo de direito parece-nos imprescindível para a viabilização da solução jurisdicional dos conflitos agrários, sob pena de que a relação processual não se forme adequadamente, devido à dificuldade de identificar o sujeito passivo que deverá suportar os efeitos da sentença.

Os conflitos agrários da região Oeste de Santa Catarina vêm encontrando solução através de prolongadas negociações entre as partes e o poder público. Em tempos passados, a participação do Poder Judiciário significava uma ameaça para os litigantes, pois o risco de uma sentença desfavorável cumpria a função de pressioná-las para a autocomposição. Hoje, diante das inúmeras demonstrações de impotência para fazer executar as decisões, aquele Poder consegue atuar, quando muito, como mediador das negociações. Em certo sentido, a ameaça voltou-se contra o próprio Poder Judiciário - como verificamos no processo analisado - porque este não consegue solucionar a lide.

A execução das medidas determinadas pelos magistrados nos processos decorrentes de conflitos agrários pode implicar em danos sociais de grandes dimensões. São decisões que resguardam o interesse lesado do proprietário e determinam, liminarmente ou através de sentença, a reintegração da posse. Desde que os "sem-terra" decidiram não mais acatar as decisões judiciais, a sua retirada da terra ocupada passou a demandar o uso da força, empregada pela polícia militar ou pelo exército.

Os confrontos armados entre agricultores e policiais, verificados no Oeste catarinense, deixaram um saldo lamentável de mortos e feridos. Em decorrência disto, as autoridades policiais do Estado de Santa Catarina vêm postergando o quanto podem, através de diversos expedientes, a execução das ordens de

despejo. Aos olhos da sociedade, não pareceu eticamente justificável direcionar a força ofensiva das tropas militares contra os trabalhadores rurais, homens, mulheres e crianças que não têm para onde ir.

As decisões tomadas pelos magistrados catarinenses nos litígios agrários são insuscetíveis de execução porque não encontram justificativas éticas e jurídicas. Como afirmar que se está assegurando o cumprimento da função social da propriedade ao determinar-se a retirada de centenas de famílias de uma terra para restitui-la ao proprietário? Como direcionar a força policial contra cidadãos que lutam pela concretização de um direito assegurado na Constituição Federal?

O papel do Poder Judiciário no processamento dos litígios agrários deve ser, segundo o nosso entendimento, o de assegurar o cumprimento do princípio constitucional da função social da propriedade. Para tanto, deve garantir aos trabalhadores rurais a permanência na terra, condição de uma vida digna.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*. Trad. João Ferreira. Brasília: Polis e UNb, 1988.
- 2 - BRASIL. Código Civil Brasileiro.
- 3 - BRASIL. Código de Processo Civil Brasileiro.
- 4 - BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- 5 - BRASIL. Estatuto da Terra: Lei n. 4.504/64. São Paulo: Saraiva, 1994.
- 6 - BRASIL. Lei n. 8629, de 1993.
- 7 - BRASIL. Lei Complementar n. 76, de 1993.
- 8 - BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Comarca de Abelardo Luz. Autos do proc. cível n. 2587, de 1989.
- 9 - CASADO, José. *Governo sonha em criar regras capazes de pôr ordem no emaranhado de leis do País*. O Estado de São Paulo, 18 jun. 1995.

- 10 - DIÁRIO CATARINENSE: 1º. out. 1995. p. 40-41.
- 11 - DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas*. São Paulo: Saraiva, 1987.
- 12 - DURHAM, Eunice Ribeiro. *Movimentos sociais: a construção da cidadania*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 10.
- 13 - FACHIN, Luiz Edson. *A função social da posse e a propriedade contemporânea*. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- 14 - FALCÃO, Joaquim de Arruda (org.). *Conflitos de direito de propriedade: invasões urbanas*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- 15 - FARIA, José Eduardo. *Justiça e conflito - os juízes em face dos novos movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- 16 - FARIA, José Eduardo (org.). *A crise do direito numa sociedade em mudança*. Brasília: UnB, 1988.
- 17 - FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.
- 18 - GRINOVER, Ada Pellegrini. *A crise do Poder Judiciário*. XIII Conferência Nacional da OAB, setembro de 1990. São Paulo, Revista de Direito Público (98).
- 19 - JAGUARIBE, Hélio. *Que crise é esta?* São Paulo: Brasiliense/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico, 1984.
- 20 - KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Trad. João Baptista Machado. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- 21 - KUJOWSKI, Gilberto de M. *A crise do século XX*. São Paulo: Ática, 1988.

- 22 - LISBOA, Teresa Kleba. *A luta dos sem terra no Oeste Catarinense*. Florianópolis: UFSC/ Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, 1988.
- 23 - MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. *Para a compreensão do sujeito jurídico: uma leitura transdisciplinar*. Seminário nacional sobre o uso alternativo do direito (Rio de Janeiro, Instituto dos Advogados Brasileiros, jun. 1993). Rio de Janeiro: COAD/ADV, 01/94.
- 24 - MIOR, Luiz C. *et alii*. *A construção do desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense*. II Encontro de Cientistas Sociais: Problemática regional - Aportes para o futuro, s.l; s.ed., s.d.
- 25 - MOREIRA PINTO, João Batista. *Direito e novos movimentos sociais*. São Paulo: Acadêmica, 1992.
- 26 - REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- 27 - ROCHA, Leonel Severo. *A problemática jurídica: uma introdução transdisciplinar*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1985.
- 28 - ROCHA, Olavo Acyr de Lima. *A desapropriação no Direito Agrário*. São Paulo: Atlas, 1990.
- 29 - SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- 30 - SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- 31 - SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição: Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- 32 - STÉDILE, João Pedro *et alii*. *A luta pela terra*. São Paulo: Página Aberta, 1993.
- 33 - STEFANINI, L. Lima. *A propriedade no direito agrário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.
- 34 - WIEACKER, Franz. *História do direito privado moderno*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- 35 - WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito*. São Paulo: Alfa Omega, 1994.